

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	7
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	19
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	20
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	24
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	107
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	111
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	112

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	251.307.343
Preferenciais	0
Total	251.307.343
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	11.550.290	11.978.723	10.130.757
1.01	Ativo Circulante	37.931	117.052	26.562
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	36.519	3.454	545
1.01.06	Tributos a Recuperar	397	23.201	14.558
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	397	23.201	14.558
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.015	90.397	11.459
1.01.08.03	Outros	1.015	90.397	11.459
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	1.015	90.397	11.459
1.02	Ativo Não Circulante	11.512.359	11.861.671	10.104.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.660	39.932	48.661
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.660	39.932	48.661
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	13.270	39.614	48.347
1.02.01.10.04	Depósitos e bloqueios judiciais	390	318	314
1.02.02	Investimentos	11.435.679	11.758.719	9.992.514
1.02.02.01	Participações Societárias	11.435.679	11.758.719	9.992.514
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	18.663	10.431	3.825
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	11.417.016	11.748.288	9.988.689
1.02.04	Intangível	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01	Intangíveis	63.020	63.020	63.020
1.02.04.01.02	Ágio	63.020	63.020	63.020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	11.550.290	11.978.723	10.130.757
2.01	Passivo Circulante	383	2.100.992	38.916
2.01.02	Fornecedores	338	455	403
2.01.03	Obrigações Fiscais	17	15	19.488
2.01.05	Outras Obrigações	28	2.100.522	19.025
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	28	2.100.522	19.025
2.02	Passivo Não Circulante	117.332	117.332	1.932.990
2.02.02	Outras Obrigações	117.332	117.332	1.932.990
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	117.332	117.332	1.932.990
2.03	Patrimônio Líquido	11.432.575	9.760.399	8.158.851
2.03.01	Capital Social Realizado	11.717.414	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	5.983.889	6.609.962	4.874.513
2.03.04.01	Reserva Legal	331.323	331.323	244.476
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	5.652.566	6.278.639	4.630.037
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.268.728	-6.359.132	-6.225.231
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.367	-6.241.367	-6.241.373
2.03.08.02	Outros resultados abrangentes	-27.361	-117.765	16.142

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-522.008	1.996.855	1.431.801
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-980	-757	-906
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	784	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-496	-4.246	-17
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-521.316	2.001.858	1.432.724
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-522.008	1.996.855	1.431.801
3.06	Resultado Financeiro	-120.499	-260.566	156.639
3.06.01	Receitas Financeiras	3.925	8.384	398.694
3.06.02	Despesas Financeiras	-124.424	-268.950	-242.055
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-642.507	1.736.289	1.588.440
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	-8.803
3.08.01	Corrente	0	0	-8.803
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-642.507	1.736.289	1.579.637
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-642.507	1.736.289	1.579.637
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0028	0,00853	0,00776

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-642.507	1.736.289	1.579.637
4.02	Outros Resultados Abrangentes	90.404	-133.907	46.128
4.02.01	Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	134.458	-205.922	70.161
4.02.02	Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de be	-45.718	70.014	-23.855
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	1.664	2.001	-178
4.03	Resultado Abrangente do Período	-552.103	1.602.382	1.625.765

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.235	-16.208	4.852
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.723	2.761	354.513
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-642.507	1.736.289	1.588.440
6.01.01.02	Variações cambiais	0	0	-25.683
6.01.01.03	Juros provisionados	115.468	268.330	224.480
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	521.316	-2.001.858	-1.432.724
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	48.958	-18.969	-349.661
6.01.02.01	Tributos a recuperar, líquidos	49.147	91	5.453
6.01.02.02	Impostos, taxas e contribuições a pagar	2	-10.669	8.273
6.01.02.03	Pagamentos de impostos	0	-8.803	0
6.01.02.04	Partes relacionadas	-3	491	-363.952
6.01.02.05	Fornecedores	-117	-73	312
6.01.02.06	Outras obrigações circulantes e não circulantes	-71	-6	253
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.559	19.117	-13.000
6.02.01	Aumento de capital	-123.000	-74.000	-82.269
6.02.02	Mudança de participação	-8	0	0
6.02.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	104.449	93.114	69.269
6.02.04	Caixa e equivalentes de caixa proveniente de dissolução de empresa	0	3	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.389	0	0
6.03.01	Empréstimos, debêntures e partes relacionadas pagos	-1.538.000	0	0
6.03.02	Juros pagos	-661.456	0	0
6.03.03	Aumento de capital	2.207.845	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	33.065	2.909	-8.148
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.454	545	8.693
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	36.519	3.454	545

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.207.845	0	16.501	0	0	2.224.346
5.04.01	Aumentos de Capital	2.207.845	0	0	0	0	2.207.845
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.501	0	0	16.501
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-642.574	90.404	-552.170
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-642.507	0	-642.507
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-67	90.404	90.337
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	88.740	88.740
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	1.664	1.664
5.05.02.08	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	-67	0	-67
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-642.574	642.574	0	0
5.06.06	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-642.574	642.574	0	0
5.07	Saldos Finais	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	15.007	-16.507	6	-1.494
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	15.007	0	0	15.007
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.501	0	-16.501
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-6	6	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.736.949	-133.907	1.603.042
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.736.289	0	1.736.289
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	660	-133.907	-133.247
5.05.02.06	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	660	0	660
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-135.908	-135.908
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	2.001	2.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.720.442	-1.720.442	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	86.847	-86.847	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.633.595	-1.633.595	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	16.799	-15.007	6	1.798
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.799	0	0	16.799
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-15.007	0	-15.007
5.04.10	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	0	6	6
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.579.637	46.128	1.625.765
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.579.637	0	1.579.637
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.128	46.128
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	46.306	46.306
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-178	-178
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.564.630	-1.564.630	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	78.982	-78.982	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.485.648	-1.485.648	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	537	551	0
7.01.02	Outras Receitas	537	551	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-969	-510	-763
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-969	-510	-763
7.03	Valor Adicionado Bruto	-432	41	-763
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-432	41	-763
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-517.391	2.010.242	1.831.418
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-521.316	2.001.858	1.432.724
7.06.02	Receitas Financeiras	3.925	8.384	398.694
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-517.823	2.010.283	1.830.655
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-517.823	2.010.283	1.830.655
7.08.01	Pessoal	261	256	159
7.08.01.01	Remuneração Direta	261	256	159
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.752	5.179	26.149
7.08.02.01	Federais	8.752	5.179	26.149
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.671	268.559	224.710
7.08.03.01	Juros	115.671	268.559	224.710
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-642.507	1.736.289	1.579.637
7.08.04.02	Dividendos	0	16.501	15.007
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-642.507	1.719.788	1.564.630

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	103.478.630	104.462.782	103.955.141
1.01	Ativo Circulante	11.960.694	12.234.035	12.159.996
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	932.608	1.175.322	1.739.669
1.01.03	Contas a Receber	7.397.627	6.998.633	6.426.906
1.01.03.01	Clientes	7.397.627	6.998.633	6.426.906
1.01.04	Estoques	554.994	496.023	498.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	861.579	1.204.112	1.154.203
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	861.579	1.204.112	1.154.203
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.271.699	1.319.172	1.392.610
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	942.187	1.040.773	948.602
1.01.08.03	Outros	942.187	1.040.773	948.602
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	334.114	476.003	455.056
1.01.08.03.02	Ativos contratuais	447.315	366.659	245.211
1.01.08.03.04	Outros	160.758	198.111	248.335
1.02	Ativo Não Circulante	91.517.936	92.228.747	91.795.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	22.408.818	20.594.197	19.760.246
1.02.01.07	Tributos Diferidos	13.145.219	12.143.664	11.357.881
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.454.004	1.314.739	1.344.116
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	28.472	10.756	7.461
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.781.123	7.125.038	7.050.788
1.02.01.10.03	Depósitos e bloqueios judiciais	4.588.538	4.423.338	4.377.228
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	2.910.708	2.389.257	2.395.974
1.02.01.10.06	Ativos contratuais	131.068	14.771	12.785
1.02.01.10.09	Outros	150.809	297.672	264.801
1.02.02	Investimentos	18.663	10.450	183.318
1.02.02.01	Participações Societárias	18.663	10.450	183.318
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	18.663	10.431	183.299
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	19	19

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1.02.03	Imobilizado	53.014.733	54.252.447	53.554.933
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	39.651.228	39.911.442	38.261.004
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	10.734.985	11.636.949	11.257.966
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.628.520	2.704.056	4.035.963
1.02.04	Intangível	16.075.722	17.371.653	18.296.648
1.02.04.01	Intangíveis	16.075.722	17.371.653	18.296.648
1.02.04.01.02	Intangível em operação	15.661.012	16.985.370	16.720.069
1.02.04.01.03	Intangível em andamento	414.710	386.283	1.576.579

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	103.478.630	104.462.782	103.955.141
2.01	Passivo Circulante	18.932.085	22.663.753	26.043.070
2.01.02	Fornecedores	8.370.018	8.305.874	10.132.743
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.873.941	2.860.828	2.479.889
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.774.998	2.604.531	2.437.284
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	69.193	214.066	4.965
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	29.750	42.231	37.640
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.846.356	5.561.575	5.385.356
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	1.021.046	2.507.202
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.021.046	2.507.202
2.01.04.02	Debêntures	1.846.356	4.540.529	2.878.154
2.01.05	Outras Obrigações	5.245.668	5.300.037	7.459.255
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	688.690	527.571	3.307.930
2.01.05.02	Outros	4.556.978	4.772.466	4.151.325
2.01.05.02.04	Receitas diferidas	203.146	248.107	257.063
2.01.05.02.05	Passivo atuarial	5.723	7.725	9.283
2.01.05.02.06	Outras obrigações	729.915	797.904	524.781
2.01.05.02.07	Passivo de arrendamento	3.618.194	3.718.730	3.360.198
2.01.06	Provisões	596.102	635.439	585.827
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.909	75.293	82.818
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	63.909	75.293	82.818
2.01.06.02	Outras Provisões	532.193	560.146	503.009
2.01.06.02.04	Participação de empregados no resultado	532.193	560.146	503.009
2.02	Passivo Não Circulante	64.438.750	62.801.199	61.443.321
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.578.314	3.000.000	5.750.000
2.02.01.02	Debêntures	8.578.314	3.000.000	5.750.000
2.02.02	Outras Obrigações	45.502.204	49.890.594	46.197.661
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.875.324	34.986.120	31.854.085

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02	Outros	13.626.880	14.904.474	14.343.576
2.02.02.02.03	Passivo atuarial	1.647.522	2.113.328	1.684.867
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais, líquidas	210.165	145.445	145.973
2.02.02.02.05	Outras obrigações, líquidas	1.058.971	810.911	611.808
2.02.02.02.06	Receitas diferidas	101.041	136.379	118.819
2.02.02.02.07	Fornecedores	1.049.675	1.159.077	1.302.102
2.02.02.02.08	Passivo de arrendamento	9.559.506	10.539.334	10.480.007
2.02.04	Provisões	10.358.232	9.910.605	9.495.660
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.858.009	9.454.593	9.041.448
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	5.802.586	5.583.162	5.142.909
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	811.229	902.778	972.593
2.02.04.01.06	Provisões cíveis e regulatório	3.244.194	2.968.653	2.925.946
2.02.04.02	Outras Provisões	500.223	456.012	454.212
2.02.04.02.04	Provisão para desmantelamento de ativos	500.223	456.012	454.212
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	20.107.795	18.997.830	16.468.750
2.03.01	Capital Social Realizado	11.717.414	9.509.569	9.509.569
2.03.04	Reservas de Lucros	5.983.889	6.609.962	4.874.513
2.03.04.01	Reserva Legal	331.323	331.323	244.476
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	5.652.566	6.278.639	4.630.037
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-6.268.728	-6.359.132	-6.225.231
2.03.08.01	Ganhos e perdas em transações de capital	-6.241.367	-6.241.367	-6.241.373
2.03.08.02	Outros Resultados abrangentes	-27.361	-117.765	16.142
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	8.675.220	9.237.431	8.309.899

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	48.914.896	45.758.956	42.672.762
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-28.490.155	-27.406.951	-25.196.435
3.03	Resultado Bruto	20.424.741	18.352.005	17.476.327
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.175.530	-10.993.549	-10.495.401
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.758.843	-8.572.495	-8.556.326
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.695.684	-3.665.819	-3.173.889
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.148.093	1.905.735	1.649.949
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-877.409	-683.541	-438.246
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.313	22.571	23.111
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.249.211	7.358.456	6.980.926
3.06	Resultado Financeiro	-11.553.466	-4.919.272	-4.237.069
3.06.01	Receitas Financeiras	507.235	2.389.065	2.304.303
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.060.701	-7.308.337	-6.541.372
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.304.255	2.439.184	2.743.857
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	997.641	538.914	-157.810
3.08.01	Corrente	-100.079	-257.278	-382.531
3.08.02	Diferido	1.097.720	796.192	224.721
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.306.614	2.978.098	2.586.047
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.306.614	2.978.098	2.586.047
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-642.507	1.736.289	1.579.637
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-664.107	1.241.809	1.006.410
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,0028	0,00853	0,00776

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.306.614	2.978.098	2.586.047
4.02	Outros Resultados Abrangentes	191.221	-274.109	98.858
4.02.01	Ganho (perda) na atualização do plano de benefício	284.218	-421.922	150.517
4.02.02	Efeito de imposto de renda e contrib. social sobre o ganho (perda) na atualização do plano de benefi	-96.639	143.455	-51.176
4.02.03	Reflexo de variação cambial sobre investimento líquido no exterior	3.642	4.358	-483
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.115.393	2.703.989	2.684.905
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-552.103	1.602.382	1.625.765
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-563.290	1.101.607	1.059.140

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.102.539	17.597.595	15.012.350
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	22.595.352	21.210.455	19.834.881
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-2.304.255	2.439.184	2.743.857
6.01.01.02	Depreciação e amortização	12.512.379	12.330.569	11.031.667
6.01.01.04	Variações cambiais	4.634.298	-1.515.394	-1.492.973
6.01.01.05	Provisão para perdas de crédito esperadas	833.072	818.484	989.281
6.01.01.06	Provisão para obsolescência no estoque	65.012	60.414	37.133
6.01.01.07	Baixa de imobilizado e intangível	230.011	233.824	153.739
6.01.01.08	Provisão de juros e atualização monetária	5.758.157	5.779.955	5.675.953
6.01.01.09	Provisão para contingências	874.991	1.085.990	719.335
6.01.01.11	Equivalência patrimonial	-8.313	-22.571	-23.111
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.492.813	-3.612.860	-4.822.531
6.01.02.01	Contas a receber	-1.232.066	-1.390.210	-1.056.472
6.01.02.02	Estoques	-123.983	-58.431	-125.460
6.01.02.03	Tributos a recuperar, líquidos	-172.877	121.443	86.056
6.01.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	106.033	105.306	-69.865
6.01.02.06	Fornecedores e outras contas a pagar	-26.953	-1.784.817	-3.171.637
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a pagar	58.751	553.894	728.516
6.01.02.08	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-80.997	-430.761	-322.263
6.01.02.09	Provisões	-33.696	29.331	178.547
6.01.02.10	Receitas diferidas	-80.299	8.603	-98.610
6.01.02.11	Partes relacionadas, líquidas	414.625	-3.826	-497.195
6.01.02.12	Despesas antecipadas	-91.792	102.815	126.151
6.01.02.13	Obrigações sociais e trabalhistas	-18.487	177.125	48.124
6.01.02.14	Pagamento de contingências	-1.015.258	-1.085.370	-725.993
6.01.02.15	Outras obrigações circulantes e não circulantes	-195.814	42.038	77.570
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.658.463	-9.221.209	-13.597.372
6.02.01	Adições para imobilizado e intangível	-8.658.195	-9.401.260	-10.107.773

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.02.02	Mútuos concedidos	-2.547	-4.076	0
6.02.03	Aumento de capital	0	0	-369
6.02.04	Mútuos recebidos	1.700	0	0
6.02.05	Juros recebidos	587	0	0
6.02.06	Aquisição de empresa	0	184.124	-3.489.230
6.02.07	Caixa e equiv de caixa proveniente de consolidação de empresas	0	3	0
6.02.08	Mudança de participação em controlada	-8	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-11.686.790	-8.940.733	-1.414.219
6.03.01	Aumento de capital	2.207.845	0	0
6.03.04	Pagamento de arrendamento	-4.115.557	-4.054.948	-3.482.553
6.03.05	Financiamento, debêntures, mútuo pagos	-13.905.558	-8.678.754	-4.371.786
6.03.06	Financiamento, debêntures, mútuo obtidos	7.137.389	8.071.223	9.461.075
6.03.07	Juros pagos	-3.010.909	-4.278.254	-3.020.955
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-242.714	-564.347	759
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.175.322	1.739.669	1.738.910
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	932.608	1.175.322	1.739.669

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399	9.237.431	18.997.830
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399	9.237.431	18.997.830
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.207.845	0	16.501	0	0	2.224.346	1.087	2.225.433
5.04.01	Aumentos de Capital	2.207.845	0	0	0	0	2.207.845	0	2.207.845
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.501	0	0	16.501	1.087	17.588
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-642.574	90.404	-552.170	-563.298	-1.115.468
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-642.507	0	-642.507	-664.107	-1.306.614
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-67	90.404	90.337	100.809	191.146
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	88.740	88.740	98.839	187.579
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	1.664	1.664	1.978	3.642
5.05.02.08	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	-67	0	-67	-8	-75
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-642.574	642.574	0	0	0	0
5.06.06	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-642.574	642.574	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	11.717.414	0	5.983.889	0	-6.268.728	11.432.575	8.675.220	20.107.795

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851	8.309.899	16.468.750
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851	8.309.899	16.468.750
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	15.007	-16.507	6	-1.494	-174.075	-175.569
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	15.007	0	0	15.007	265	15.272
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-16.501	0	-16.501	-1.087	-17.588
5.04.10	Mudança de participação em controladas	0	0	0	0	0	0	-173.253	-173.253
5.04.11	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	-6	6	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.736.949	-133.907	1.603.042	1.101.607	2.704.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.736.289	0	1.736.289	1.241.809	2.978.098
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	660	-133.907	-133.247	-140.202	-273.449
5.05.02.06	Reflexo de outras movimentações	0	0	0	660	0	660	0	660
5.05.02.07	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	-135.908	-135.908	-142.559	-278.467
5.05.02.08	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	2.001	2.001	2.357	4.358
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.720.442	-1.720.442	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva legal	0	0	86.847	-86.847	0	0	0	0
5.06.06	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.633.595	-1.633.595	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	6.609.962	0	-6.359.132	9.760.399	9.237.431	18.997.830

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288	7.251.951	13.783.239
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	9.509.569	0	3.293.084	0	-6.271.365	6.531.288	7.251.951	13.783.239
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	16.799	-15.007	6	1.798	-1.192	606
5.04.08	Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	0	0	16.799	0	0	16.799	0	16.799
5.04.09	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-15.007	0	-15.007	-265	-15.272
5.04.10	Perdas em transações de capital, líquidas	0	0	0	0	6	6	-927	-921
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.579.637	46.128	1.625.765	1.059.140	2.684.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.579.637	0	1.579.637	1.006.410	2.586.047
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	46.128	46.128	52.730	98.858
5.05.02.06	Atualização do passivo atuarial, líquido	0	0	0	0	46.306	46.306	53.035	99.341
5.05.02.07	Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	0	0	0	0	-178	-178	-305	-483
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.564.630	-1.564.630	0	0	0	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	78.982	-78.982	0	0	0	0
5.06.05	Constituição de reserva de lucros	0	0	1.485.648	-1.485.648	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	9.509.569	0	4.874.513	0	-6.225.231	8.158.851	8.309.899	16.468.750

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	58.946.905	55.225.517	52.748.319
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	58.443.147	54.669.611	52.540.760
7.01.02	Outras Receitas	1.336.830	1.374.390	1.196.840
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-833.072	-818.484	-989.281
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.071.484	-19.953.969	-19.001.092
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.091.777	-7.716.938	-7.446.982
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-12.979.707	-12.237.031	-11.554.110
7.03	Valor Adicionado Bruto	37.875.421	35.271.548	33.747.227
7.04	Retenções	-12.512.379	-12.330.569	-11.031.667
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12.512.379	-12.330.569	-11.031.667
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	25.363.042	22.940.979	22.715.560
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	515.548	2.411.636	2.327.414
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.313	22.571	23.111
7.06.02	Receitas Financeiras	507.235	2.389.065	2.304.303
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	25.878.590	25.352.615	25.042.974
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	25.878.590	25.352.615	25.042.974
7.08.01	Pessoal	3.934.678	3.931.017	3.522.802
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.896.833	2.872.124	2.663.038
7.08.01.02	Benefícios	795.779	824.143	635.620
7.08.01.03	F.G.T.S.	242.066	234.750	224.144
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.086.492	11.026.579	12.388.612
7.08.02.01	Federais	3.419.647	3.765.924	4.189.543
7.08.02.02	Estaduais	7.414.513	7.027.604	7.995.720
7.08.02.03	Municipais	252.332	233.051	203.349
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.164.034	7.416.921	6.545.513
7.08.03.01	Juros	11.983.198	7.246.298	6.464.332
7.08.03.02	Aluguéis	180.836	170.623	81.181
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.306.614	2.978.098	2.586.047

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.08.04.02	Dividendos	0	17.588	15.272
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-642.507	1.719.788	1.564.630
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-664.107	1.240.722	1.006.145

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Administração da Claro Telecom Participações S.A. (“Claro Participações” ou “Companhia”) submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Colaboradores, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

1 – Introdução

A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, streaming, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Americel S.A. (“Americel”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimento presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Claro S.A. (“Claro”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como “*Streaming*”, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Claro Pay Holding S.A. (“Claro Pay Holding”): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (Direct To Home- DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.

2 – Cenário Macroeconômico

Ao longo de 2024, a atividade econômica e o mercado de trabalho no Brasil surpreenderam positivamente, em grande parte devido a determinadas ações do Governo que impulsionaram a demanda interna.

Por conta disso, sobretudo a partir do 2º semestre, o ambiente inflacionário brasileiro foi se tornando menos favorável. A alta de preços principalmente de alimentos e da energia elétrica, o aquecimento da demanda interna por produtos industrializados e serviços, e a desvalorização do real, em parte por conta das incertezas fiscais, pressionaram a inflação oficial (IPCA), que encerrou 2024 em 4,83%. O Banco Central do Brasil optou por retomar o ciclo de alta da taxa básica de juros, que vinha num consistente movimento de redução. A taxa Selic iniciou o ano a 11,75% ao ano (a.a.), atingiu 10,50% a.a. em setembro e terminou o ano de 2024 em 12,25% a.a., com sinalização pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) de mais duas altas de 1 ponto percentual nas duas primeiras reuniões de 2025. Da mesma forma, a taxa de câmbio da moeda norte-americana sofreu uma forte alta e encerrou 2024 cotada a R\$6,1923 (aumento de 27,91% comparada com a taxa de encerramento de 2023, que foi de R\$4,8413). Apesar disso, as importações apresentaram um aumento considerável ao longo do ano.

A expectativa dos analistas de mercado, conforme relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2025, é que essa gradual elevação da taxa Selic deve continuar como medida de contenção da inflação e encerrar 2025 no patamar de 15% a.a.

Nesse cenário, a concessão de crédito também poderá ser afetada levando a um menor crescimento em 2025. Para alguns analistas, a projeção para 2025 é a de contenção do ritmo de crescimento do consumo por parte das famílias, em função da expectativa de menor criação de postos de trabalho, portanto redução da massa real de rendimentos. Por conta do menor crescimento do PIB, desaceleração do mercado de trabalho, intensificação do aperto monetário, redução do impulso fiscal e menor pressão sobre os preços de alimentos, espera-se uma trajetória de desaceleração da inflação a partir do 2º semestre de 2025. Apesar desses efeitos a projeção, segundo o relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 28 de fevereiro de 2025, é de um aumento do IPCA para 5,65% em 2025 e uma redução para 4,40% apenas em 2026.

A nível global, com a posse do novo presidente norte-americano, a expectativa é de uma série de mudanças das relações externas dos Estados Unidos e na condução da economia mundial. As anunciadas medidas de corte de impostos corporativos, imposição de tarifas na importação de produtos industrializados, deportação de imigrantes ilegais, que pode causar escassez de mão de obra, colocam em risco o equilíbrio das contas públicas e aumentam o risco inflacionário na economia americana. Isso poderá acarretar o fim do ciclo de redução da taxa básica de juros pelo Federal Reserve (FED) e, por conseguinte, impactar as taxas de câmbio dos países emergentes e os preços dos bens industrializados e de alimentos.

3 – Desempenho Operacional

Nesta sessão se adotará o termo “Claro” nos comentários sobre o desempenho operacional dos negócios como um todo, e/ou “Embratel” quando se tratar especificamente de negócios corporativos, conforme marcas adotadas comercialmente, independentemente através de quais empresas os respectivos serviços são prestados.

A Claro obteve em 2024 uma destacada performance operacional nos mercados em que atua.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

✓ Relevantes conquistas no ano:

- A Claro foi reconhecida como uma das marcas Mais Valiosas do País, segundo o estudo Kantar BrandZ, ocupando a quarta posição no ranking geral e a primeira marca em serviços de telecomunicações. Já a Embratel, foi reconhecida entre as 50 marcas mais valiosas;
 - A Claro foi multicampeã no *Speedtest*, sendo premiada como a rede 5G mais rápida da América do Sul e da América Latina, também reconhecida por proporcionar a melhor experiência em vídeos e games, com a *internet* móvel mais estável. E, além disso, a Claro foi destaque na premiação por oferecer o *wi-fi* mais rápido e estável do país;
 - A Claro faz parte das marcas brasileiras mais valiosas de 2023/2024, de acordo com o *ranking* elaborado pela Interbrand. O estudo reforça a capacidade da marca de gerar valor financeiro acima das expectativas de seus investidores e sua influência na decisão dos consumidores;
 - Vencedora do prêmio Consumidor Moderno 2024 na categoria Telecomunicações - TV por assinatura. O prêmio reconhece empresas que se destacam na qualidade do atendimento ao cliente, inovação e excelência em produtos e serviços;
 - Claro foi premiada como a empresa mais inovadora no setor de telecomunicações do Brasil, além de figurar entre as 10 empresas mais inovadoras em 2024, conforme *ranking* do Valor Econômico;
 - Claro conquistou o prêmio de Empresa do Ano na categoria Serviços Móveis, segundo o Anuário Telecom 2024.
- ✓ **A Claro alcançou o marco histórico de 10 milhões de clientes banda larga no segmento Consumo, refletindo sua força e sua liderança no Brasil;**
- ✓ **Crescimento de 9,4% na receita líquida de serviços móveis em 2024, em comparação ao mesmo período do ano anterior, com manutenção da liderança em portabilidade e aumento de 4,6% no ARPU;**
- ✓ **Receita líquida de banda larga fixa residencial crescendo 7,9% em 2024 em comparação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os avanços em conexões de alta velocidade, mantendo a liderança neste mercado;**
- ✓ **Receita líquida total crescendo 6,9% no comparativo anual, com contribuição dos serviços fixos, que cresceram 2,7% em relação ao mesmo período de 2023;**
- ✓ **Margem EBITDA local de 44,5% em 2024, mantendo a jornada de crescimento sustentável dos negócios.**

Serviços Móveis

Em 2024, alcançamos a marca de 13,7 milhões de clientes 5G, com 34,2% de participação de mercado. Destaque para a liderança da Claro nos 30 maiores mercados do Brasil, com 38,3% de *market share*.

A Claro encerrou 2024 com um total de 87,1 milhões de clientes móveis, com destaque na liderança em portabilidade, apresentando um saldo de 560 mil linhas portadas nos últimos doze meses, performance 3 vezes superior à do segundo *player*.

No pós-pago encerramos 2024 com 53,9 milhões de linhas, adicionando 2,4 milhões de clientes nos últimos doze meses e representando 61,8% da base total (+2,6 p.p na comparação anual), impulsionado pela liderança em portabilidade de linhas e aceleração das migrações de clientes pré-pagos para os serviços de receita recorrente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A base pré-pago atingiu 33,2 milhões em 2024, com 32,5% de participação no mercado. O último trimestre apresentou aceleração na performance de recargas, impulsionada pelo lançamento da oferta “Prezão 1 real por dia”, que trouxe mais flexibilidade ao cliente, tornando sua experiência de uso mais simples e transparente. Destaca-se ainda o aumento de participação dos canais digitais próprios, concedendo mais comodidade e benefícios nas recargas, com crescimento superior a 30% na comparação anual.

O Claro *flex*, plataforma móvel 100% digital, manteve seu crescimento acelerado, consolidando-se como importante instrumento de transformação digital e de aumento da base de pós-pago, por meio de novas vendas e migração de clientes pré-pagos.

Destaca-se também o lançamento de um novo serviço de jogos chamado *Claro Gaming GeForce Now, streaming* na nuvem que se conecta às principais lojas digitais de games, com vários títulos e em qualquer dispositivo. O serviço está disponível nos planos pós-pago e banda larga fixa, reforçando a liderança da Claro em conectividade.

Serviços Residenciais

A Claro manteve o crescimento da sua base de assinantes de Banda Larga Fixa, com 278 mil adições líquidas positivas em 2024. E segue liderando o mercado de banda larga no Brasil, com 19,8% de participação de mercado em 2024. No segmento de “*ultra-high speeds*” (a partir de 500 Mbps), mantemos nossa liderança com 27,3% em participação de mercado, com adição de 1,6 milhões de clientes no ano.

A Claro alcançou o marco histórico de 10 milhões de clientes banda larga no segmento Consumo, refletindo sua força e sua liderança no Brasil.

Considerando todas as tecnologias, a Claro está presente em 512 municípios e 41,6 milhões de *Homes Passed (HPs)*.

Em TV por assinatura, a Claro continua liderando o mercado brasileiro, com 45,7% de participação de mercado em 2024, tendo como principal estratégia a entrega da mais completa oferta de conteúdo. A plataforma de *Video On Demand (VOD)* continua sendo líder no mercado brasileiro, atingindo 98 mil títulos e cerca de 700 milhões de visualizações.

A base de clientes com a oferta convergente da Claro, que combina serviços residenciais e móveis, cresceu 9,1% em relação ao ano anterior, e segue sendo prioridade da Companhia para fidelização da base e aceleração do crescimento da receita.

A Claro foi vencedora do prêmio Consumidor Moderno 2024 na categoria Telecomunicações - TV por assinatura. O prêmio reconhece empresas que se destacam na qualidade do atendimento ao cliente, inovação e excelência em produtos e serviços.

Mercado Corporativo

A Embratel manteve em 2024 o ritmo consistente e contínuo de crescimento de sua receita na comparação anual, com destaque nas Plataformas de Soluções Digitais e Mobilidade, impulsionadas pelos principais pilares: Cloud (+119,6%), Pós-Pago (+29,2%), *Omnichannel* (+19,3%), Segurança (+18,9%) e M2M/IOT (+7,0 %).

Seguimos com nossa estratégia de crescimento em Soluções Digitais, com ofertas *MultiCloud* para gestão de ambientes híbridos com modelos de fornecimento e implementação flexíveis, simples, rápidos e seguros. O objetivo dessa estratégia é ampliar a infraestrutura digital de clientes e intensificar a cultura de inovação para empresas de todos os tamanhos.

Os desfiles do Grupo Especial das Escolas de Samba do Carnaval do Rio de Janeiro e de São Paulo foram transmitidos por meio de 5G SA (*Standalone*) com *Network Slicing*. Essa foi a primeira vez que ambos os sambódromos contaram com a infraestrutura inovadora para maior garantia de banda, confiabilidade, agilidade e estabilidade na transmissão de vídeo de alta resolução de imagem e som para todo Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4 – Desempenho Financeiro

O resultado das operações divulgado no Brasil difere em alguns aspectos daquele divulgado pelo acionista controlador, que elimina efeitos de transações entre companhias do grupo e processa certas reclassificações para fins de divulgação, conforme quadro resumo abaixo.

R\$ Milhões	2024			2023		
	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA
Claro Participações	48.915	21.753	44,5%	45.759	19.666	43,0%
Eliminação de transações intercompanhias e reclassificações	(219)	(554)		(111)	(591)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	48.696	21.199	43,5%	45.648	19.075	41,8%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária da Claro.

R\$ Milhões	2024	2023	Δ%
Receita líquida total	48.915	45.759	6,9%
Serviços	46.397	43.637	6,3%
Receita móvel	26.034	23.800	9,4%
Receita fixa e outros	20.362	19.837	2,7%
Aparelhos	2.518	2.122	18,7%
EBITDA	21.753	19.666	10,6%
Margem EBITDA	44,5%	43,0%	1,5 p.p.

Em 2024 a receita líquida total foi de 48,9 bilhões de reais, 6,9% acima do mesmo período de 2023.

Destaque para o crescimento de 9,4% na receita líquida de serviços móveis, gerado por uma conjunção de fatores, incluindo liderança na portabilidade, aumento da base de pós-pago, incremento do ARPU, dentre outros.

Serviços fixos totais com crescimento de receita de 2,7%, com destaque para o crescimento de 7,9% em banda larga fixa residencial, resultado do aumento da base de assinantes, incremento do ARPU, dentre outros aspectos. Destaca-se também a melhoria contínua de performance no segmento B2B.

O EBITDA de 2024 totalizou 21,8 bilhões de reais, 10,6% acima de 2023, com margem EBITDA de 44,5%, 1,5 p.p. acima do mesmo período do ano anterior. Descontando o efeito positivo extraordinário no valor de R\$162 milhões em 2023, referente ao acordo com a Oi em relação ao preço de compra de parte do negócio móvel, a margem EBITDA seria de 42,6%. Normalizando esse efeito, a margem EBITDA recorrente teria crescido 1,8 p.p. em 2024.

A Claro segue focada em manter sua jornada de crescimento sustentável de receita e EBITDA.

5 – Investimentos

A Companhia e seus acionistas mantêm seu compromisso de longo prazo, com expressivos investimentos que seguem contribuindo ao desenvolvimento e crescimento do país. Da mesma forma, possui gestão comprometida com a alta qualidade dos serviços, sempre focada na inovação e no desenvolvimento tecnológico.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2024, a Companhia investiu R\$8,7 bilhões, principalmente em infraestrutura de rede, equipamentos de TV por assinatura e banda larga.

6 – Relacionamento com Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.

Informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviço para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados à auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente.

A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

7 – Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG)

Nesta sessão se adotará o termo “Claro” para representar a Companhia e suas controladas diretas e indiretas.

Em 2021, a Claro aderiu ao Pacto Global, chamada da Organização das Nações Unidas (ONU) para que empresas alinhem suas estratégias a dez princípios universais nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Atualmente, o pacto é a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Com esta adesão a Claro reforça, junto com empresas de 160 países, o compromisso de contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dentro da chamada Agenda 2030 — um plano de ação aprovado em 2015, com 169 metas para erradicar a pobreza e promover vida digna para todos dentro de um modelo sustentável.

Todas as ações foram divulgadas pela Claro em 2024 (https://www.institutoclaro.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Claro_Impacto2023_VF.pdf), destacando diversas iniciativas nos campos Ambiental, Social e de Governança Corporativa.

Ambiental:

A Claro adota diversas práticas de ESG, age de forma ativa para reduzir sua pegada de carbono ao longo da cadeia produtiva e faz campanhas de reciclagem e conscientização junto à população sobre o tema. A Claro alinha suas ações ambientais com os Objetivos por um Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e é signatária do Pacto Global.

Implementado em 2017, o programa ‘A Energia da Claro’ é considerado um dos maiores programas de energia renovável nacional por um consumidor privado, prevê o uso de energia limpa para o abastecimento das operações da empresa por meio de parcerias para a construção de usinas de geração distribuída e a compra de energia limpa. Além disso, são adotadas medidas visando aumentar a eficiência energética da Claro e a redução das suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

O programa energético é referência nesta modalidade de geração de energia. São 101 usinas, de fontes limpas e renováveis, como solar, hidrelétrica e de biogás, responsáveis pela produção de 75% de toda a energia utilizada pela Claro. Além disso, o programa aumentou a eficiência energética da Claro, por meio de ativação de *features* para redução do consumo das ERBs (estações rádio base), substituição de lâmpadas convencionais por LED, entre outras, chegando próximo da meta de atingir pelo menos 80% do consumo total com energia limpa. No segmento de média tensão, a Claro adquire energia renovável no mercado livre, o que faz com que seus *data centers*, prédios administrativos e operações de grande porte utilizem somente energia limpa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2024, mais de 4,5 mil toneladas de equipamentos foram reciclados diretamente pela Claro, sendo 700 quilogramas em celulares, periféricos e baterias, que tiveram destinação responsável dentro do programa Claro Recicla (Aderência à Política Nacional de Resíduos Sólidos) tiveram também aumento de 60% de uso de biocombustíveis na frota nacional, totalizando 80%. Somadas todas as iniciativas, atingimos o marco evitado de 400 mil toneladas de carbono, sem uso de créditos de carbono.

Social:

A Claro e o Instituto Claro atuam no pilar social a partir de dois eixos - chave: educação e cidadania. O Instituto Claro foi a segunda organização de responsabilidade social corporativa no Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o selo de Status Associativo e mantém parceria com o Unicef em várias iniciativas de educação.

Em parceria com instituições públicas de ensino, levamos tecnologia para as escolas, formação para os professores e oportunidades para os alunos. Promovemos transformações em projetos que se tornaram exemplo de sucesso, e posicionamos o Instituto Claro como um *hub* de inovação em educação a serviço do país, compartilhando tecnologias sociais por meio de projetos como Educonex@o, Dupla Escola, Campus Mobile, Naves do Conhecimento e Trajetórias de Sucesso Escolar.

A Claro e o Instituto Claro beneficiaram, de 2019 a 2024, 35 mil estudantes e 89 mil professores, em 217 municípios em 7 estados brasileiros. Até 2025, a Claro e o Instituto Claro projetam impactar mais de 130 mil entre alunos, gestores educacionais e professores, reduzindo em 10% a taxa de abandono às escolas dos municípios.

Está disponibilizado no Portal do Instituto Claro uma interface com a comunidade de ensino, principalmente professores, para que tenham acesso a planos de aula digitais, em uma plataforma que gera conteúdo relevante sobre educação, feito por educadores e para educadores. Em 2024, o portal recebeu 3.198.623 usuários únicos.

Em sua estratégia de Inclusão Produtiva Jovem, em 2024 a Claro ultrapassou a marca de mais de 11 mil jovens contratados pelas empresas do grupo e que possuem algum marcador de vulnerabilidade social. Por essa atuação, a empresa foi convidada para participar do Pacto Nacional pela Inclusão Produtiva das Juventudes do Brasil, iniciativa do Ministério do Trabalho e Empresa, UNICEF, 1MIO (Um Milhão de Oportunidades UNICEF), Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Pacto Global. Além disso, a Claro é a líder do Grupo de Trabalho de Primeiro Emprego dentro da iniciativa.

Governança Corporativa:

Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Claro.

A Claro conta com um Sistema de Compliance que tem como pilares a prevenção, detecção e correção de situações relacionadas a corrupção, atitudes antiéticas, prevenção a lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, dentre outras. Seu objetivo é fazer os colaboradores e toda sua cadeia de valor estar em conformidade com o nosso Código de Ética, as Leis Brasileiras, como a Anticorrupção (nº 12.846/2013), e internacionais, como a Americana (FCPA), o que reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional, bem como sua missão, visão, valores e princípios que descrevem os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa, promovendo uma cultura íntegra e que todos estejam “conectados com o certo”.

Para isso, a Claro dispõe de instrumentos, como o Estatuto Social, Políticas, Normas e Canal de Denúncias, dentre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Administração. O Código de Ética foi atualizado e dividido entre ‘Colaborador’ e ‘Fornecedor, parceiro comercial e prestador de serviços’, visando facilitar a leitura e direcionando o conteúdo para o público-alvo desejado.

Periodicamente são treinados todos os colaboradores e parceiros comerciais nos aspectos éticos e de Compliance/anticorrupção, visando promover e manter o alinhamento entre as partes no mais elevado padrão de relacionamento comercial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Claro possui os Comitês de Ética e de Compliance, que se reúnem periodicamente para avaliar questões operacionais e comportamentais, bem como denúncias apontadas pelo canal estabelecido.

A Claro também possui uma estrutura robusta para acompanhar as leis de transparência e privacidade determinadas pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). As ações de gestão compartilhada buscam a inclusão e a diversidade, além de promover iniciativas baseadas em boas práticas de *compliance*, anticorrupção e acolhimento de denúncias.

Para garantir o correto uso e tratamento de dados pessoais dos cidadãos e dos clientes, a Claro cumpre a conformidade legal determinada pela LGPD, bem como divulga regularmente em seu portal o número de solicitações e demandas sobre dados pessoais realizados pelos titulares ou as solicitações endereçadas pelas autoridades. Além disso, reforça a transparência de suas operações com o Portal de Privacidade, no qual os clientes podem consultar a política de privacidade, acessar o portal de segurança e exercer todos os direitos previstos na LGPD. O acesso a informações, como política de *cookies* e direitos de privacidade, também é disponibilizado. Dessa forma, a Claro atende as necessidades de seus *stakeholders* de forma segura e transparente.

8 – Recursos Humanos

A Companhia tem como principal valor as Pessoas, posicionando-as no centro de sua estratégia para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estabelecidos pelo negócio.

O ano de 2024 fez com que as mais de 33 mil pessoas, distribuídas em todo o Brasil, se conectassem ainda mais com a cultura e o jeito de ser da Claro. Nesse sentido, fortalecemos a nossa atuação colaborativa, para construir serviços e produtos inovadores, mantendo o foco em nosso Cliente e perseguindo os melhores resultados.

Somos um time plural e temos a diversidade e inclusão como pilares importantes da nossa cultura. Promovemos o respeito e a inclusão, tratando cada pessoa com dignidade e profissionalismo, de acordo com os princípios do nosso Código de Ética. Temos uma atuação alicerçada em cinco eixos: pessoas com deficiência, equidade de gênero, gerações, equidade racial e LGBTQIAPN+, onde na maior parte destes eixos temos representatividade compatível quando comparado com a média de mercado praticada por empresas similares.

Comprometidos com os nossos valores e firmes no princípio de que a diversidade nos complementa e fortalece, promovemos, continuamente, iniciativas que estimulam um ambiente de trabalho harmônico, respeitoso e inclusivo. Aumentamos em 2024 a representatividade em todos os eixos quando comparado com o ano anterior. Em destaque o eixo de Equidade Racial onde aumentamos, em comparação com o ano de 2023, em 9% o número de pessoas pretas e pardas no grupo Claro no Brasil e o eixo Pessoas com Deficiência (PCD's) onde aumentamos em 12,6%, fechando o ano de 2024 com um total de 1.540 colaboradores.

Destacamos também, o Programa Jovem Aprendiz Claro, voltado para a preparação e inclusão dos jovens no mercado de trabalho onde fechamos o ano com 729 jovens aprendizes atuando nos escritórios das empresas do grupo, distribuídos em todo o país. Ainda nesta linha temos o programa de estagiários que oferece vagas para interessados em começar ou até mesmo mudar sua vida profissional nas empresas do grupo. O Programa de Estágio contou em 2024 com 60 jovens participantes, se desenvolvendo e atuando em diferentes áreas das empresas do grupo.

Com o objetivo de manter os colaboradores atualizados e incentivar o autodesenvolvimento, reforçamos nossas ações de capacitação por meio da Conecte-se, nossa plataforma de desenvolvimento de pessoas. Em 2024 tivemos 338.859 conclusões em treinamentos, o que representa um aumento de 38% de participações em relação a 2023.

Nossa plataforma oferece um portfólio de cerca de 3.000 cursos disponíveis, envolvendo conteúdos de inovação, comerciais, técnicos, cuidados com a saúde e bem-estar. Destacamos as seguintes ações de capacitação nesse ano:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- o Programa de desenvolvimento da liderança que capacitou, presencialmente, 1.430 líderes do grupo no tema Cultura de Feedback;
- o treinamento de ética, compliance, segurança da informação com o título “Conectados com o Certo”, onde tivemos 39.505 participações ao longo do ano.

Por fim, reforçamos o nosso compromisso em oferecer a melhor experiência na jornada dos nossos colaboradores, com a área do Recursos Humanos atuando em *Employee Experience*, lançando mão de pesquisas de satisfação dos nossos colaboradores em relação a sistemas da empresa, RH, administrativo dentre outros, além da pesquisa de clima organizacional que geram indicadores e subsídios para um direcionamento corporativo que resulte em um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer.

Agradecimentos

O cerne da nossa existência é buscar incansavelmente mecanismos para viabilizar, permitir e incentivar a comunicação da Humanidade. Assim, a Companhia tem como principal missão não só atender como superar as expectativas e a satisfação dos nossos clientes, conectando pessoas, empresas e a sociedade como um todo.

A Administração da Companhia agradece o apoio e confiança dos acionistas, de nossos fornecedores, dos governos, instituições financeiras, a parceria de toda a comunidade e em especial a todos os funcionários e parceiros, que trabalharam com dedicação para que a Companhia pudesse alcançar os objetivos traçados de atender às necessidades, demandas e expectativas de nossos clientes.

A Administração

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Claro Telecom Participações S.A. (“Companhia” ou “Claro Participações”) foi constituída em 27 de setembro de 2004, é sediada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. A Companhia tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. (“América Móvil”), sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México.

A Companhia, através de suas controladas, diretas e indiretas, explora principalmente serviços de telecomunicações a nível nacional e internacional, os quais estão sujeitos a regulação da Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), além de serviços de outras naturezas tais como a exploração de capacidade satelital, *streaming*, Serviços de Valor Adicionado – SVA, *call center*, comercialização e locação de equipamentos, e, atividades de instituição de pagamentos.

A Companhia detém controle direto ou indireto, principalmente, das controladas indicadas a seguir, cujas principais atividades respectivamente desempenhadas destacam-se na sequência:

- Claro S.A. (“Claro”): Prestação de serviços de telecomunicações nas modalidades Serviço Móvel Pessoal – SMP, Serviço de Telefonia Fixa Comutada – STFC e Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como “*Streaming*”, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de equipamentos.
- Claro NXT Telecomunicações S.A. (“Claro NXT”): Prestação de serviço de telecomunicações, especialmente na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC (TV por Assinatura) e de Comunicação Multimídia – SCM, além de outros serviços como instalação e manutenção de equipamentos, Serviços de Valor Adicionado – SVA, locação e comercialização de bens.
- Embratel Tvsat Telecomunicações S.A. (“Tvsat”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade de Serviços de Acesso Condicionado – SeAC, no segmento de TV por assinatura via satélite (*Direct To Home* - DTH), além de outros serviços como provimento de capacidade satelital, Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviço de instalação e manutenção de equipamentos, dentre outras atividades correlatas.
- Americel S.A. (“Americel”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- BrasilCenter Comunicações Ltda. (“BrasilCenter”): Prestação de serviços de teleatendimento, intermediação de negócios e atendimentos presenciais, dentre outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales S.A. (Argentina): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Ideas Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.

Notas Explicativas

- IMusica LLC (EUA): Prestação de Serviços de Valor Adicionado – SVA, serviços de *streaming* de áudio e outras atividades correlatas.
- Reyc Comércio e Participações Ltda. (“Reyc”): Importação, comércio de equipamentos e outras atividades correlatas.
- Telmex do Brasil S.A. (“TdB”): Prestação de serviços de telecomunicações na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia – SCM, prestação de serviços de instalação e manutenção, locação e comercialização de bens.
- Claro Pay Holding S.A. (“Claro Pay Holding”): Participação exclusiva em instituições financeiras ou outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).
- Claro Pay S.A. – Instituição de Pagamento (“Claro Pay”): Exploração de atividades de instituidor de arranjo de pagamento, atividades de instituição de pagamento, meios eletrônicos de pagamento e outras atividades correlatas.

Operações Societárias:

- i. Movimentações societárias Jonava RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. (“Jonava”):

- a) Ajuste de preço – aquisição ativos - Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi”):

Em 04 de outubro de 2023, conforme divulgado em Fato Relevante, a Oi, como vendedora, e a controlada Claro e as empresas TIM S.A. e Telefônica Brasil S.A., como compradoras, chegaram a um acordo com relação ao valor do ajuste de preço envolvendo a aquisição da parte dos ativos da operação de Serviço Móvel Pessoal do Grupo Oi, e, como consequência, (a) foram encerradas todas as pendências e litígios existentes entre as partes em relação ao tema; (b) a controlada Claro levantou o montante de R\$162.344, acrescido de juros e correção monetária de R\$43.560; e (c) a Oi levantou o saldo remanescente do valor retido, acrescido de juros e correção monetária.

- b) Incorporação Jonava:

Em 01 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da controlada Claro e da Jonava, a incorporação integral da Jonava pela controlada Claro, nos termos da proposta da incorporação aprovada em 08 de novembro de 2022 e da aprovação da ANATEL por meio do Acórdão n.º 59 em 22 de março de 2023. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária. O resultado dessa incorporação não implicou em aumento de capital da controlada Claro, e nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Jonava é de titularidade da controlada Claro. Ainda, em consequência da incorporação, a Jonava foi extinta de pleno direito e a controlada Claro a sucedeu em todos os direitos e obrigações, passando a ser sua sucessora legal, para todos fins e efeitos.

Notas Explicativas

O patrimônio líquido da Jonava foi avaliado em 28 de fevereiro de 2023 (“data-base” da incorporação) com base no valor contábil, conforme laudo de avaliação contábil para fins de incorporação emitido por empresa independente especializada, pelo montante de R\$1.120.794. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da incorporação, ocorrida em 1 de abril de 2023, foram absorvidas pela controlada Claro conforme determinado pelo protocolo de justificação.

O acervo líquido contábil da Jonava avaliado está apresentado como segue:

Balanço patrimonial em 01 de abril 2023			
Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.067	Fornecedores	243.698
Contas a receber, líquido	94.023	Partes relacionadas	8.511
Partes relacionadas	267.486	Obrigações fiscais, líquidas	94.398
Tributos a recuperar	13.763	Receita diferida	15.595
Outros	100.790	Provisões	35
		Passivo de arrendamento	467.937
	<u>477.129</u>		<u>830.174</u>
Não circulante		Não circulante	
Depósitos judiciais	19	Provisões	79.377
Tributos a recuperar	863	Passivo de arrendamento	1.891.219
Tributos diferidos	116.533		
Partes relacionadas	455.686		
Outros	11.292		
Imobilizado	2.898.231		
Imobilizado	817.753		
Direito de uso em arrendamento	2.080.478		
Intangível	10.878		
	<u>3.493.502</u>		<u>1.970.596</u>
		Patrimônio líquido	<u>1.169.861</u>
Total do ativo	<u><u>3.970.631</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>3.970.631</u></u>

ii. Incorporação Ustore Software e Serviço de Informática S.A. (“Ustore”):

Em 02 de outubro de 2023, em AGE, foi aprovada a incorporação da Ustore pela controlada Claro nos termos do protocolo e justificação da operação. A incorporação não implicou em aumento de capital da controlada Claro nem em alteração do número de ações representativas de seu capital social, e, em consequência da incorporação, a Ustore foi extinta de pleno direito e sucedida pela controlada Claro em todos os direitos e obrigações, para todos fins e efeitos de direito. Tal incorporação está inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, especialmente em decorrência da otimização da estrutura societária ocasionada.

O patrimônio líquido da Ustore foi avaliado em 31 de agosto de 2023 (“data-base” da incorporação) com base no valor contábil, conforme laudo de avaliação contábil para fins de incorporação emitido por empresa independente especializada, pelo montante de R\$5.513. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais apuradas a partir da data-base até a data da eficácia da incorporação, ocorrida em 02 de outubro de 2023, foram absorvidas pela controladora Claro conforme determinado pelo protocolo de justificação.

Notas Explicativas

O acervo líquido contábil da Ustore avaliado está apresentado como segue:

Balanço patrimonial em 02 de outubro 2023			
Ativo circulante	4.872	Passivo circulante	1.706
Caixa e equivalentes de caixa	2.500	Fornecedores	28
Contas a receber, líquido	313	Obrigações fiscais, líquidas	35
Partes relacionadas	1.759	Obrigações trabalhistas, líquidas	1.643
Tributos a recuperar	187		
Outros	113		
Ativo não circulante	2.235		
Outros	54		
Imobilizado	366		
Intangível	1.815		
		Patrimônio líquido	5.401
Total do ativo	7.107	Total do passivo e patrimônio líquido	7.107

iii. Dissolução da EG Participações S.A. ("EG"):

Em 01 de agosto de 2023, em AGE, foi aprovada a dissolução, liquidação e consequente extinção da EG pelos seus acionistas Companhia e a Telmex Solutions Telecomunicações S.A. ("Telmex Solutions"). Em decorrência da dissolução, a totalidade da participação detida pela EG na controlada Claro, na controlada Claro NXT e na TBSA foi atribuída aos referidos acionistas na proporção de suas participações anteriormente detidas na EG, cabendo assim à Companhia e à Telmex Solutions, ações da Claro, Claro NXT e TBSA. Ainda, foi aprovada na mesma AGE, a partilha dos demais ativos e passivos da EG entre os seus acionistas na proporção de suas respectivas participações.

O patrimônio líquido da EG em 01 de agosto de 2023 ("data-base" da dissolução) com base no valor contábil, conforme Balanço de encerramento da EG para fins de dissolução, é de R\$268.841. As variações das receitas, despesas e variações patrimoniais foram absorvidas pela Companhia e Telmex Solutions na proporção de suas participações anteriormente detidas na EG.

O acervo líquido contábil da EG está apresentado como segue:

	Telmex Solutions	Companhia	Total		Telmex Solutions	Companhia	Total
Ativo circulante	1	5	6	Passivo circulante	42	126	168
Caixa e equivalentes de caixa	1	3	4	Fornecedores	42	126	168
Tributos a recuperar	-	2	2				
Ativo não circulante	68.235	200.768	269.003				
Investimentos	68.235	200.768	269.003	Patrimônio líquido	68.194	200.647	268.841
Total do ativo	68.236	200.773	269.009	Total do passivo e patrimônio líquido	68.236	200.773	269.009

Notas Explicativas

Autorizações e concessões em telecomunicações:

Segue resumo das licenças para prestação de serviços de telecomunicações detidas pelas controladas diretas e indiretas da Companhia:

Empresa	Licença
Claro	Serviço Telefônico Fixo Comutado na modalidade Local (STFC local) Serviço Telefônico Fixo Comutado nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional Serviço Móvel Pessoal (SMP) Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço Móvel Marítimo (SMM) Serviço Móvel Global por Satélite (SMGS) Serviço Limitado Especializado – Circuito e Rede Especializado (SLE)
Americel	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
TdB	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)
Tvsat	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)
Claro NXT	Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) Serviço de Acesso Condicionado (SeAC)

A controlada Claro possui autorizações para explorar o serviço móvel pessoal (“SMP”) por meio das seguintes faixas de frequência:

Região	Prazos								
	850 MHz	900 MHz	1800 MHz ****	3G 1900 – 2100 MHz ***	4G 2500 MHz **	4G 700 MHz	5G 2300 MHz	5G 3.5 GHz	5G 26 GHz
Acre	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rondônia	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Tocantins	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Distrito Federal	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Mato Grosso do Sul	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Goiás	07/2027	07/2027	07/2027*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Bahia	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Sergipe	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Alagoas	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Ceará	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraíba	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Piauí	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Pernambuco	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Norte	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Paraná	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Paraná (Norte)	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Santa Catarina	-	12/2032	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Rio de Janeiro	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Espírito Santo	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Rio Grande do Sul	04/2028	04/2028	04/2028*	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo – Capital	08/2027	08/2027	08/2027	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
São Paulo – Interior	03/2028	03/2028	03/2028	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Minas Gerais	-	04/2035	04/2035*	04/2038	10/2027	12/2029	-	12/2041	12/2041
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	-	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amazonas	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Maranhão	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Roraima	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Amapá	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041
Pará	11/2028	-	12/2032	04/2038	10/2027	12/2029	12/2041	12/2041	12/2041

* Alguns blocos vencem em dezembro de 2032.

** Além do bloco nacional com vencimento em outubro de 2027 a Companhia possui 23 blocos regionais em 2,5 GHz (faixa P) onde 20 deles adquiridos no leilão da ANATEL (nº 2/2015) possuem vencimento em agosto de 2031. (Depois de uma disputa na Anatel a Companhia foi decretada vencedora de mais um lote E-8 do Edital com vencimento em junho de 2036).

Notas Explicativas

*** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em todo Brasil, com vencimento em junho 2026, exceto Municípios com o Código Nacional 34, 35 ou 37 (restrição não inclui Setor 3 do Plano Geral de Outorgas (PGO)) e municípios do Setor 22 e 25 do PGO, nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás.

**** Com a consolidação das outorgas e frequências da controlada Claro NXT pela Companhia, existem blocos em toda a Região I do PGO com vencimento junho 2026 e São Paulo Capital com vencimento julho 2031.

Os contratos de concessão, por meio dos quais foram outorgadas pelo Governo Federal licenças para a prestação dos serviços de telefonia fixa de longa distância nacional e internacional, foram renovados por um período de 20 anos a partir de 1º de janeiro de 2006, em caráter oneroso.

Os contratos de concessão de serviços de telecomunicações de longa distância nacional e internacional estabelecem a reversibilidade dos bens indispensáveis a prestação dos serviços, objeto das concessões. Com relação a tais bens considerados reversíveis, a Lei Geral das Telecomunicações e a regulamentação da ANATEL dispõem que os mesmos estão vinculados aos serviços sob concessão, não podendo ser desvinculados, alienados, substituídos ou onerados sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Os demais serviços de telecomunicações prestados pelas controladas da Companhia, tais como o Serviço Móvel Pessoal (SMP), Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) foram outorgados sob o regime privado, com base em autorizações expedidas pela ANATEL, e o regime jurídico aplicável não estabelece obrigações de reversibilidade de bens.

Direitos de exploração de satélite:

Abaixo as autorizações vinculadas aos direitos de exploração de satélite:

Tipo	Número	Posição orbital	Data de emissão	Vencimento
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2003	65°W – Banda Ku	25/02/03	06/03/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 002/2003	70°W – Banda Ku e X	08/10/03	13/11/33
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	63°W, 65°W, 68°W, 70°W, 84°W – Banda C	06/04/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 007/2006	65°W, 70°W – Banda X	06/04/06	31/12/25
Posição Orbital	PVSS/SPV 001/2007	75°W – Banda C e Ku	09/02/07	30/04/29
Posição Orbital	PVSS/SPV 076/2012	84°W – Banda Ka e Ku	02/02/12	06/02/27
Posição Orbital	PVSS/SPV 156/2012	70°W – Banda Ka e Ku (Planejada)	22/03/12	28/03/27

2. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do IFRS® *Accounting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), exceto pela apresentação das demonstrações do valor adicionado, a qual não é exigida pelo IASB.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

b) Bases de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$6.971.391 no consolidado. Nosso acionista controlador América Móvil tem a capacidade financeira de caso necessário, prover o suporte requisitado para a continuidade das operações. Em contrapartida, a Companhia apresenta conforme demonstração do Fluxo de Caixa, caixa líquido gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$20.102.539 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a Companhia efetua acompanhamento tempestivo em seus fluxos de caixas dos quais suportam a geração de caixa para o período corrente e para os períodos seguintes. Dessa forma, a Companhia não identificou incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de a Companhia continuar operando.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, revisados e interpretações e orientações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Algumas rubricas e quadros que compõem as notas explicativas do exercício comparativo foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações com o período corrente, porém, devido à imaterialidade dos montantes, não estão sendo detalhadas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2025.

Notas Explicativas

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) que também é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

d) Informações por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de uma entidade para os quais as informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento.

A Administração da Companhia avalia e monitora o desempenho dos resultados para tomada de decisões com base em relatórios consolidados e todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, pelo que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de Telecomunicações.

3. Políticas contábeis

3.1. Bases de consolidação

Nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados, quando aplicáveis, os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, resultados de equivalência patrimonial de controladas, provisão para cobertura de passivo a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulante e não circulante, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas não controladores nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas apresentadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, por participação direta e/ou indireta no capital social. No demonstrativo, abaixo, seguem as principais controladas:

	2024		2023	
	Indireta	Direta	Indireta	Direta
Claro	-	46,58%	-	46,58%
Americel	-	100,00%	-	100,00%
Claro Pay Holding	-	100,00%	-	100,00%
Claro Pay	100,00%	-	100,00%	-
BrasilCenter	46,58%	-	46,58%	-
iMusica LLC (EUA)	46,58%	-	46,58%	-
Ideas Musicales S.A. (Argentina)	41,93%	-	41,93%	-
Ideas Musicales S.A. de C.V. (México)	46,58%	-	46,58%	-
Ideas Musicales de Colombia S.A.S.	46,58%	-	46,58%	-
Claro NXT	61,03%	0,39%	61,03%	0,39%
Tvsat	61,03%	-	61,03%	-
TdB	61,03%	-	61,03%	-
Reyc	61,03%	-	61,03%	-

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixa de existir.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta, e/ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a investida.

Especificamente, a Companhia controla a investida se, e somente se, possuir:

- Poder sobre a investida (isto é, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida);
- Exposição ou direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o seu rendimento.

Quando a Companhia com menos de uma maioria dos votos ou direitos similares de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes para avaliar se ela tem poder sobre uma investida, incluindo:

- O acordo contratual com os outros titulares a voto da investida;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Direitos de voto da Empresa e os direitos de voto potenciais.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

3.2. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Em combinação de negócios realizada em estágios, o adquirente deve mensurar novamente sua participação anterior na adquirida pelo valor justo na data da aquisição e deve reconhecer no resultado do período o ganho ou a perda resultante, se houver, ou em outros resultantes abrangentes, conforme apropriado. Em períodos contábeis anteriores, o adquirente pode ter reconhecido ajustes no valor contábil de sua participação anterior na adquirida, cuja contrapartida tenha sido contabilizada como outros resultados abrangentes (em ajustes de avaliação patrimonial), em seu patrimônio líquido. Nesse caso, o valor contabilizado pelo adquirente, em outros resultados abrangentes, deve ser reconhecido nas mesmas bases que seriam exigidas, caso o adquirente tivesse alienado sua participação anterior na adquirida (ou seja, deve ser reclassificado para a demonstração do resultado do período).

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma empresa é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com a IFRS 9/CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Notas Explicativas

3.3. Novos pronunciamentos contábeis

Os pronunciamentos abaixo foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis ("CPC") e pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2024 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Normas e Emendas a Normas	Alterações
CPC 09 (R1): Demonstração do Valor adicionado ("DVA")	Esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da DVA, cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA.
IAS 1 correlato ao CPC 26 (R1): Apresentação das demonstrações financeiras.	Alterações quanto à classificação da dívida com "covenants".
IAS 7 correlato ao CPC 03 (R2): Demonstração dos fluxos de caixa	Alterado pelos Acordos de financiamento de fornecedores (Emendas à IAS 7 e à IFRS 7).
IFRS 7 correlato ao CPC 40: Instrumentos Financeiros: Divulgações	
IFRS 16 correlato ao CPC 06 (R2) e IAS 17: Locações.	Alterações destinadas a clarificar a forma como um vendedor-locatário mede subsequentemente as operações de venda e de locação financeira.

Alterações no IAS 12 correlato ao CPC 32: Tributos sobre o lucro

Em 23 de maio de 2023, o IASB emitiu a Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) se aplica aos impostos sobre a renda decorrentes de legislações tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Em 30 de dezembro de 2024, por meio da Lei 15.079/2024, o Brasil introduziu o processo de adaptação das Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária – *GloBE* (*Global Anti-Base Erosion Rules*), conceitos do Pillar 2 estabelecidos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que determina a tributação mínima global da renda, instituindo o adicional de CSLL.

As novas regras serão aplicáveis a partir do exercício de 2025, não tendo impactos nas demonstrações financeiras do exercício de 2024. Em atenção ao disposto nos parágrafos 88C e 88D do CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), a companhia informa que as análises de eventuais impactos estão em andamento, bem como as ações necessárias para atendimento as novas regras.

Notas Explicativas

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes emissões e alterações emitidas pelo CPC, IASB, *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) e Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (“CBPS”) tinham sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Emendas a Normas	Alterações	Vigências
CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, seguindo mudanças nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.	1º de janeiro de 2025
IAS 21 correlato ao CPC 02 (R2): Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	Emenda referente a (<i>Lack of Exchangeability</i>) falta de conversibilidade.	1º de janeiro de 2025
IFRS S1 correlato ao CBPS 01: Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade	Resoluções CVM 217/24 / 218/24: Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e divulgações relacionadas ao clima, com base no padrão internacional emitido pelo ISSB e aprovadas pelo CBPS.	1º de janeiro de 2026
IFRS S2 correlato ao CBPS 02: Divulgações relacionadas ao clima		1º de janeiro de 2026
IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações IFRS 9 Instrumentos Financeiros	Alterada por Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Emendas à IFRS 9 e à IFRS 7), relacionadas avaliação de contratos de ativos financeiros, incluindo características de ASG (Ambiental, Social e Governança).	1º de janeiro de 2026
IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Edição original, substituirá o IAS 1. Além disso, alterações de escopo restrito ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)).	1º de janeiro de 2027
IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Edição original	1º de janeiro de 2027

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

Com base em análises preliminares, a Companhia estima que a implementação destas normas, alterações e interpretações vigentes em 1º de janeiro de 2025 não terão impacto relevante nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício, conforme Notas 4 e 22.

Notas Explicativas

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (iii) a valor justo por meio de resultado.

A classificação dos ativos financeiros depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios no qual é gerenciado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros são calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente a valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação assim quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

Notas Explicativas

- Ocorrer a transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção da obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (i) ocorrer a transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) não ocorrer a transferência nem a retenção substancial de todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

b) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável.

Os requisitos de redução de valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros, se na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses e para os quais houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessário uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição independentemente do momento da inadimplência.

c) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: (i) passivo financeiro a valor justo por meio de resultado e (ii) outros passivos financeiros.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos com partes relacionadas e passivo de arrendamento.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio de resultados.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo.

Notas Explicativas

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 48. Derivativos, incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a custo amortizado

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo da amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis é reconhecida na demonstração dos resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Contas a receber, líquidas

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado e avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas menos as perdas de crédito esperadas. As contas de clientes dos serviços de telecomunicações são registradas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Incluem também serviços prestados e não faturados até as datas dos balanços e as contas a receber decorrentes da venda de aparelhos celulares, *simcards*, serviços de satélites, cessão de meios, circuitos, compartilhamento de sites e acessórios.

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada. A movimentação das perdas de crédito esperadas está demonstrada na Nota 5.

Notas Explicativas

3.7. Transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas cambiais são registrados no resultado sob a rubrica resultado financeiro quando incorridos, vide Nota 22.

Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

3.8. Estoques

Representados substancialmente por aparelhos *handsets*, celulares, *simcards*, cartões pré-pagos e acessórios para venda, registrados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o valor líquido de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração, conforme Nota 6.

3.9. Investimentos

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. As contraprestações efetuadas na apuração de influência significativa são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às investidas. Os investimentos da Companhia em suas coligadas foram contabilizados inicialmente ao custo e são atualizados com base no método da equivalência patrimonial.

Os valores contábeis dos investimentos são ajustados para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia nos patrimônios líquidos das coligadas a partir da data de aquisição.

O ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) relativo a uma coligada está incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado e nem testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

O ágio apurado pela diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida foram amortizados de acordo com a vida útil dos itens pelos quais foram gerados.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia e as práticas contábeis adotadas pelas controladas e coligadas, são consistentes (ajustadas quando aplicável) com aquelas adotadas pela Companhia.

Em cada data de fechamento do balanço patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento após a aplicação do método da equivalência patrimonial. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.10. Imobilizado

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 12 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada anualmente ao final de cada exercício, conforme Nota 10.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.11. Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas avaliam na data do início dos contratos, se esses contratos são ou contêm arrendamentos, se eles transmitem o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida.

No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento.

Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia possui arrendamento de determinados equipamentos de escritório que são considerados de baixo valor.

Notas Explicativas

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos são subsequentemente mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada, das perdas por redução ao valor recuperável e ajustadas por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo do ativo de direito de uso refletir o exercício de uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, o valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício da opção; e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento

A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

Notas Explicativas

3.12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

É representado substancialmente pelo direito de exploração de serviço móvel celular acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data de entrada em operação da Companhia e suas controladas. As outorgas começaram a ser amortizadas quando do início de cada operação, pelo período remanescente aos 15 anos a que se refere, pelo método linear, descrito na Nota 11.

Incluem ainda, os direitos de uso de *software* adquiridos de terceiros, direito de uso de circuitos e de passagem, valores de fundo de comércio referentes as lojas próprias (que estão sendo amortizados pelo prazo de vigência dos contratos) dentre outros.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.13. Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

Notas Explicativas

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a empresa em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- a) **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

- b) **Ativos Intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Avaliação da recuperação do valor contábil

A Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos tangíveis e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e taxa de desconto. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro são baseadas no pronunciamento do CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, bem como em dados de mercado comparáveis e representam, com base nos conceitos definidos no pronunciamento técnico acima, a melhor estimativa da Administração das condições econômicas que existirão durante a vida útil econômica do conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa.

As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir:

- Receitas

Projetadas com base na realização do ano de 2024 e projeções orçamentárias para 2025, conforme conceitos definidos no CPC 01 (R1) não foram considerados crescimentos decorrentes da expansão de cobertura de rede, somente crescimento da penetração de assinantes na rede atualmente instalada. A variação da receita projetada para 2025 foi em média de 6,01% a.a., conforme volume na base de clientes.

- Custos e despesas operacionais

Projetados com base no desempenho histórico da Companhia em concordância com o modelo de remuneração dos contratos vigentes.

Notas Explicativas

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar a demanda atual por nossos serviços e manutenção de nossa planta existente.

Não foram considerados investimentos em expansão da rede em conformidade com os conceitos definidos no CPC 01 (R1).

- Taxa de desconto

Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. A taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro utilizada em 2024 é de 9,10% a.a. (9,02% a.a. em 2023).

- Fluxos de caixa futuros

A projeção de fluxos de caixa discricionários para 5 anos com perpetuidade após os 5 anos utilizando a taxa em 2024 de 3,64% a.a. (2,82% a.a. em 2023).

A taxa média de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados em 2024 foi de 3,79% a.a. (3,61% a.a. em 2023).

3.14. Tributação

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários do exercício corrente e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

Notas Explicativas

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível, inclusive com base em estratégias de planejamentos estratégicos, societário e tributário, para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitam que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo seja realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas do imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas e prestação de serviços

A Companhia e suas controladas estão sujeitas, quando aplicável, aos seguintes tributos:

- PIS – Programa de Integração Social
- COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
- ISS – Imposto sobre Serviços
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

Notas Explicativas

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Esses tributos são apresentados como deduções das receitas de serviços e vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

3.15. Participação de empregados no resultado

As controladas constituíram provisão para participação de empregados nos resultados, a qual é calculada com base em metas de performance estabelecidas de acordo com o planejamento anual.

3.16. Receitas diferidas

Representadas, principalmente pela receita referente aos créditos de recarga de celulares pré-pagos e os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Representadas também, pela venda de capacidade de transmissão e de direito de passagem de cabos de fibra óptica e outros meios para empresas de telecomunicações brasileiras e internacionais com atuação no MERCOSUL, sendo apropriadas ao resultado do exercício de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

3.17. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu valor de custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco e do valor envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.18. Ajuste ao valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente. Os de curto prazo são também ajustados quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência.

Notas Explicativas

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.19. Reconhecimento de receita

As controladas oferecem pacotes comerciais que combinam equipamentos e serviços de telefonia fixa e móvel, dados, *internet* e TV por assinatura, sendo o reconhecimento das receitas de serviços e venda de aparelhos distribuídas entre seus elementos. As controladas reconhecem as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Os pacotes de serviços incluem a venda de aparelhos celulares com desconto, a controlada Claro realiza a alocação do desconto e reconhece as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes. Uma parte adicional da receita é alocada nas receitas reconhecidas pela venda de celulares no início do contrato, representando um aumento na receita de venda de equipamentos. A diferença entre o valor da receita e o valor da receita de venda de equipamentos no momento inicial é reconhecida como um ativo contratual, alocado à receita de serviços pelo período do contrato.

As controladas prestam serviços de instalação, operação, provimento de circuitos e compartilhamento de infraestrutura, serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, onde as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados conforme vigência de contrato.

As receitas de serviços são reconhecidas quando os serviços são prestados, incluindo faturados e não faturados. As receitas de serviço compõem-se principalmente de assinaturas, utilização dos serviços e utilização da rede. Os faturamentos são processados mensalmente, de acordo com os ciclos de cobrança acordados com os clientes ao longo do mês. As receitas referentes aos créditos de recarga de celulares pré-pagos, bem como os respectivos tributos devidos, são diferidas e reconhecidas no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados. Os créditos ainda não utilizados referentes aos cartões já vendidos são registrados como receita diferida pré-pago.

As receitas de venda de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são reconhecidas no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável; os serviços foram efetivamente prestados e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida caso haja uma incerteza significativa de sua realização.

3.20. Subvenção e assistência governamentais

As controladas Claro, Claro NXT e Tvsat possuem benefícios fiscais advindos de subvenções e assistências governamentais que reduzem as bases do IRPJ e da CSLL.

A parcela do lucro líquido decorrente destes incentivos fiscais, em conformidade ao artigo 195-A da Lei 6.404/76, são destinadas para a reserva de incentivos fiscais que por consequência são excluídas do cálculo de dividendos obrigatórios, e utilizadas apenas para aumento de capital ou na absorção de prejuízos.

Notas Explicativas

3.21. Resultado financeiro

Representa juros e variações cambiais e monetárias sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros ativos e passivos sujeitos a atualização, os quais são reconhecidos pelo regime de competência. Adicionalmente, compreendem despesas e fianças bancárias, bem como despesas com PIS e COFINS (ambos calculados sobre receitas de multas e juros sobre capital próprio ativos, quando aplicável).

3.22. Participações de não controladores

Refere-se, principalmente, a participação de não controladores na controlada Claro.

3.23. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.24. Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram os instrumentos financeiros pelo valor justo na data de cada balanço.

O valor justo é o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo baseia-se na presunção de que a operação de vender o ativo ou transferir a responsabilidade ocorrerá:

- No principal mercado para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo.

O principal ou o mais vantajoso mercado deve ser acessível pela Companhia e por suas controladas.

O valor justo de um ativo ou um passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado ajam no seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado de gerar benefícios econômicos usando o ativo no seu maior e melhor uso ou vendendo-o para outro participante do mercado que iria usar o ativo em seu maior e melhor uso.

A Companhia e suas controladas usam técnicas de avaliação que são apropriados nas circunstâncias e para os quais estão disponíveis para mensurar o valor justo de dados suficientes, maximizando a utilização de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Notas Explicativas

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia do valor justo, como segue, com base na entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo é direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para o qual a entrada de nível mais baixo que é significativo para a mensuração do valor justo não é observável.

Os valores de mercado são calculados em momento específico, com base em informações relevantes de mercado e informações sobre instrumentos financeiros. As mudanças nas premissas podem afetar significativamente as estimativas.

3.25. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significantes

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda ou o seu valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas Explicativas

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias, trabalhistas e regulatórias avaliadas como perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

A Companhia e suas controladas registram provisões para contingências no passivo circulante e não circulante, de acordo com a estimativa de prazo de liquidação. Os fundamentos e as naturezas das provisões estão descritos na Nota 15.

Notas Explicativas

Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de benefício definido e o valor presente da obrigação de planos de aposentadoria com benefício definido, com contribuição variável e de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade, aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e crescimento de custos médicos. A obrigação de cada um dos planos é sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de títulos públicos representados por papéis Notas do Tesouro Nacional série B ("NTN-B") com vencimento correspondente à duração da obrigação atuarial do benefício definido de cada plano. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade usualmente adotadas no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria se baseiam na política de recursos humanos da organização considerando o perfil dos participantes envolvidos e nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Crescimento dos custos médicos corresponde a uma curva decrescente que parte da expectativa de curto prazo de aumento dessas despesas com redução gradual até a expectativa de longo prazo. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 17.

Receitas não faturadas

No processo de reconhecimento de receita ao final de cada período se considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Estas receitas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida como redução das contas a receber com base em análise da natureza das contas a receber envolvidas, considerando a antiguidade dos valores a receber, cenário econômico e riscos envolvidos em cada situação cujo montante é considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.

Provisão para desmantelamento de ativos

A provisão para obrigações decorrentes da desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros, registrada em contrapartida ao ativo imobilizado, são registradas com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados.

O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos.

Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes dos impostos que reflete riscos específicos inerentes à obrigação por desativação dos ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido.

Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos.

Notas Explicativas

Os custos futuros estimados de desativação são revisados anualmente. Mudanças nos custos futuros ou nas taxas de desconto aplicadas são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

As controladas da Companhia determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

As controladas da Companhia possuem vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. As controladas da Companhia aplicam julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, consideram todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, as controladas da Companhia reavaliam o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

As controladas da Companhia não são capazes de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxa observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	20	282	244.229	431.256
Equivalentes de caixa (1)	36.499	3.172	688.379	744.066
	36.519	3.454	932.608	1.175.322

(1) Inclui valores de aplicação financeira com parte relacionada no montante de R\$30.954 para o consolidado, com taxa média de remuneração 11,97% a.a. (R\$28.221 em 31 de dezembro de 2023 para o consolidado, com taxa média de remuneração de 11,48%).

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as aplicações financeiras referem-se principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), contratados junto a entidades financeiras de primeira linha, com liquidez imediata e referenciados a Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") com taxa média de 12,23% a.a. (11,65% em 31 de dezembro de 2023).

5. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	2024	2023
Serviços de voz, dados e outros	7.245.187	6.927.204
Venda de aparelhos celulares e acessórios	1.572.104	1.521.011
Administradoras estrangeiras	32.261	26.368
	8.849.552	8.474.583
Provisão para perdas de crédito esperadas	(1.451.925)	(1.475.950)
	7.397.627	6.998.633

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:

	Consolidado	
	2024	2023
A vencer	6.191.636	5.367.654
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.175.716	1.255.761
De 31 a 60 dias	302.013	414.885
De 61 a 90 dias	208.182	163.169
Mais de 90 dias	972.005	1.273.114
	8.849.552	8.474.583

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	1.475.950	1.532.594
Provisão constituída	739.197	878.185
Baixa de provisão (1)	(763.222)	(934.829)
Saldo final	1.451.925	1.475.950

(1) Decorrente de baixa de faturas, com reconhecimento da perda após período de intensas ações de cobrança.

Notas Explicativas**6. Estoques**

	Consolidado	
	2024	2023
Estoques de aparelhos para revenda	469.115	390.954
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica	81.303	94.891
Estoques de <i>simcards</i> e acessórios para revenda	66.507	66.139
Outros	9.428	16.808
	626.353	568.792
Provisão para perdas em estoques	(71.359)	(72.769)
	554.994	496.023

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	72.769	65.741
Provisão constituída	65.012	60.414
Baixas	(66.422)	(53.386)
Saldo final	71.359	72.769

A provisão para perda em estoques é constituída com base nos itens em estoque com baixa movimentação, considerados de difícil realização.

7. Tributos a recuperar e diferidos, líquidos**7.1 Tributos a recuperar, líquidos**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recuperar (1)	-	-	1.410.528	1.507.222
Imposto de renda retido na fonte (2)	161	48	1.539.943	1.280.925
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)	1.230	48.806	303.995	296.567
PIS/COFINS (4)	-	-	454.536	427.839
CPMF pago indevido (5)	12.276	13.961	12.276	13.961
Outros	-	-	51.009	66.855
	13.667	62.815	3.772.287	3.593.369
Circulante	397	23.201	861.579	1.204.112
Não circulante	13.270	39.614	2.910.708	2.389.257

(1) Os créditos do ICMS são oriundos, principalmente, dos investimentos realizados no ativo imobilizado, os quais estão sendo compensados com os débitos provenientes das operações. Esses créditos estão registrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo previsto de realização.

(2) Predominantemente constituído por créditos de imposto de renda retido no exterior sobre as prestações de serviços de assistência técnica em telecomunicações e receitas de uso da marca "Claro", a serem utilizados para compensação de IRPJ e CSLL devidos no Brasil em conformidade com a Instrução Normativa SRF 213/2002 e imposto de renda retido na fonte decorrente de juros sobre debêntures na controlada Claro NXT.

(3) Em 2024 a Companhia utilizou o crédito de saldo negativo de IRPJ para compensar o IRRF sobre juros pagos.

(4) Trata-se de crédito de PIS e COFINS em decorrente da ação judicial transitada e julgada em agosto de 2018, para exclusão do ICMS das bases de cálculo das referidas contribuições das controladas Claro e AmericeI, com saldo de R\$355.124 em 31 de dezembro de 2024 (R\$344.862 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

- (5) Trata-se de crédito decorrente de pagamento em duplicidade efetuado pela Companhia em 2009 em razão de ter efetuado pagamento espontâneo de débito CPMF incidente sobre operações simbólicas de câmbio. Isso porque, quando da realização do pagamento, a Companhia já se encontrava sob ação fiscal e, portanto, não poderia realizar qualquer pagamento de forma espontânea. Assim, concluída a ação fiscal, foi desconsiderado o pagamento efetuado e lavrado auto de infração. Posteriormente a Companhia efetuou o pagamento do débito exigido pelo auto de infração com o benefício instituído pela Lei nº 11.941/2009 e o valor pago durante a ação fiscal constituiu-se em crédito em favor da Companhia contra a Receita Federal.

7.2 Tributos diferidos, líquidos

O ativo fiscal diferido, líquido do passivo fiscal diferido, de imposto de renda e contribuição social, calculado sobre o prejuízo fiscal, bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido e sobre as diferenças temporárias ativas e passivas foi reconhecido contabilmente pelas controladas, quando aplicável, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, de acordo com o estabelecido no CPC 32.

A Companhia e suas controladas têm créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A compensação dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados por lei a 30% do resultado tributável do exercício, implica em aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários.

Os créditos tributários diferidos apresentados no consolidado foram constituídos no pressuposto de sua realização futura.

A Companhia estima que seguirá mantendo o ritmo de crescimento dos negócios a partir da estratégia de investimento visando o crescimento do mercado de dados, móvel e valor adicionado, combinado com ofertas de maior valor agregado gerando disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos créditos fiscais.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas por projeções de lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras, societárias, estratégicas e de negócios, considerados no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos realizados para suportar a manutenção dos valores contabilizados confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido à própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais.

Notas Explicativas

Os principais componentes do ativo fiscal diferido, líquido estão demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2024			2023		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo fiscal diferido						
Prejuízos fiscais (1)	5.853.690	2.120.106	7.973.796	5.320.387	1.928.117	7.248.504
Provisão para perdas de crédito esperadas	623.195	224.350	847.545	628.735	226.345	855.080
Provisão para contingências	2.701.127	972.406	3.673.533	2.448.580	881.489	3.330.069
Tributos com exigibilidade suspensa	813.228	292.762	1.105.990	642.659	231.357	874.016
Plano atuarial	341.211	122.836	464.047	457.635	164.748	622.383
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	24.737	8.905	33.642	40.212	14.476	54.688
Efeitos de IFRS 16/CPC 06 (R2)	318.724	114.741	433.465	321.579	115.769	437.348
Outras diferenças temporárias	935.203	336.673	1.271.876	860.952	309.943	1.170.895
	11.611.115	4.192.779	15.803.894	10.720.739	3.872.244	14.592.983
Passivo fiscal diferido						
Plano atuarial	(93.925)	(33.813)	(127.738)	(93.925)	(33.813)	(127.738)
Ágio em aquisições (2)	(877.387)	(303.940)	(1.181.327)	(711.612)	(244.261)	(955.873)
Efeitos de IFRS 15/CPC 47	(729.705)	(262.694)	(992.399)	(704.376)	(253.575)	(957.951)
Depreciação acelerada (3)	(34.499)	(12.420)	(46.919)	(47.234)	(17.004)	(64.238)
Inovação tecnológica (4)	(114.383)	(41.178)	(155.561)	(132.681)	(47.765)	(180.446)
Outras diferenças temporárias	(113.773)	(40.958)	(154.731)	(116.133)	(46.940)	(163.073)
	(1.963.672)	(695.003)	(2.658.675)	(1.805.961)	(643.358)	(2.449.319)
Ativo fiscal diferido, líquido	9.647.443	3.497.776	13.145.219	8.914.778	3.228.886	12.143.664

(1) As controladas Claro NXT e Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, o montante de R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024 (R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Passivo fiscal diferido referente a amortização fiscal do ágio e intangível oriundo das combinações de negócios da Vivax Ltda., NET Jundiá Ltda., Big TV ESC 90, BrTel e Jonava.

(3) A controlada Claro possui depreciação acelerada fiscal dos satélites C3, C4 e D1, provenientes da Star One incorporada em 18 de dezembro de 2018 e depreciação acelerada de seus ativos referentes a redes móveis da Jonava, incorporada pela controlada Claro.

(4) Desde 2019, a Companhia utiliza o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, parcial e/ou total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei. Tal benefício é declarado quando na entrega da ECF ("Escrituração Contábil Fiscal") que ocorre no ano subsequente.

Seguem abaixo as movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos:

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.339.508	3.018.373	11.357.881
Reconhecimento de tributo diferido (1)	643.170	231.541	874.711
Constituição (2)	288.758	99.016	387.774
Realização (3)	(356.658)	(120.044)	(476.702)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.914.778	3.228.886	12.143.664
Reconhecimento do tributo diferido (1)	144.847	52.145	196.992
Constituição (2)	919.216	336.048	1.255.264
Realização (3)	(331.398)	(119.303)	(450.701)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.647.443	3.497.776	13.145.219

(1) As controladas Claro NXT e TVSAT registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos, o montante de R\$196.992 em 31 de dezembro de 2024 (R\$874.711 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Em 31 de dezembro de 2024, a controladas Claro e Americel constituíram no patrimônio líquido o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho e perda na atualização do plano de benefício pós emprego no montante de R\$96.639 e R\$143.455 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente.

Notas Explicativas

- (3) A controlada Claro registrou no passivo o efeito de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais compensados no Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – PRLF o montante de R\$573 em 31 de dezembro de 2024 (R\$157.016 em 31 de dezembro de 2023, dos quais R\$146.298 foi utilizado para quitação voluntária de parte do processo de contingência da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL relacionados a amortização de ágio pago em aquisições de investimentos).

A tabela abaixo apresenta o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:

Ano	Consolidado (*)
2025	3.082.466
2026	2.560.826
2027	1.595.634
2028	1.370.226
2029	1.635.223
2030	1.464.576
2031	1.441.943
2032 a 2034	2.653.000
	15.803.894

(*) Corresponde ao total do ativo fiscal diferido, sem incluir o valor dos passivos fiscais diferidos, que é apresentado líquido no balanço patrimonial.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado	
	2024	2023
Custos incrementais para obtenção de contratos com clientes (1)	2.375.366	2.387.582
Seguros	155.117	141.904
Propaganda e publicidade	22.665	8.031
Outros	172.555	96.394
	2.725.703	2.633.911
Circulante	1.271.699	1.319.172
Não circulante	1.454.004	1.314.739

- (1) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas para obtenção de contratos com clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/CPC 47, aos quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato.

9. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os detalhes das principais controladas diretas e indiretas, são como se seguem:

Empresa	2024		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	(1.252.062)	15.679.515	48.456	40.185	46,58%	85,16%
Americel	105.569	3.972.157	76.903.339	-	100,00%	100,00%
Claro NXT	207.840	13.513.777	86.447.903	-	0,39%	0,39%
Claro Pay Holding	(52.739)	60.906	4.174.993	-	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

Empresa	2023		Quantidade total de ações (lotes de mil)		% de participação	
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Patrimônio líquido	Ordinárias	Preferenciais	Total	Capital votante
Claro	2.160.182	16.741.265	48.456	40.185	46,58%	85,16%
Americel	1.031.582	3.829.926	75.914.631	-	100,00%	100,00%
Claro NXT	3.213.814	13.297.914	86.447.903	-	0,39%	0,39%
Claro Pay Holding	(54.276)	40.645	877.583	-	100,00%	100,00%

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:

	% de participação		2024	2023
	Total	Capital votante		
Torres do Brasil S.A. ("TBSA")	1,14%	1,14%	18.663	10.431
Outros			-	19
			<u>18.663</u>	<u>10.450</u>

Notas Explicativas

Na controladora, a movimentação dos saldos de investimentos está demonstrada a seguir:

	Claro	Americel	Claro Pay Holding	EG	Claro NXT	TBSA	Ágio	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.759.202	2.990.753	20.922	179.473	38.338	3.826	-	9.992.514
Resultado da equivalência patrimonial	989.682	1.031.582	(54.276)	16.728	12.299	5.843	-	2.001.858
Aumento de capital (2)	-	-	74.000	-	-	-	-	74.000
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	222	-	-	4.414	-	-	-	4.636
Distribuição de dividendos e juros sobre capital (1)	-	(90.765)	-	-	-	-	-	(90.765)
Dividendos mínimos obrigatórios	(947)	(9.800)	-	-	-	(1)	-	(10.748)
Dividendos intercalares (1)	-	(79.649)	-	-	-	-	-	(79.649)
Atualização de passivo atuarial	(123.560)	(12.194)	-	-	(154)	-	-	(135.908)
Variação cambial em controlada no exterior	1.977	-	-	24	-	-	-	2.001
Operação societária (Nota 1.iii.)	172.220	-	-	(200.648)	1.034	112	27.402	120
Reflexo de outras movimentações	-	-	-	9	-	651	-	660
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.798.796	3.829.927	40.646	-	51.517	10.431	27.402	11.758.719
Resultado da equivalência patrimonial	(583.264)	105.569	(52.739)	-	805	8.313	-	(521.316)
Aumento de capital (2)	-	50.000	73.000	-	-	-	-	123.000
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	947	-	-	-	-	-	-	947
Distribuição de dividendos e juros sobre capital (1)	-	(15.000)	-	-	-	-	-	(15.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	(1.003)	-	-	-	(14)	-	(1.017)
Atualização de passivo atuarial	86.044	2.665	-	-	31	-	-	88.740
Variação cambial em controlada no exterior	1.664	-	-	-	-	-	-	1.664
Reflexo de outras movimentações	9	-	-	-	-	(67)	-	(58)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.304.196	3.972.158	60.907	-	52.353	18.663	27.402	11.435.679

Notas Explicativas

1) Distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio

2024

Em 09 de janeiro de 2024, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$15.000, à razão de R\$0,1975903702 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions.

2023

Em 20 de janeiro de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$4.000, à razão de R\$0,0526907654 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions.

Em 31 de janeiro de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$9.000, à razão de R\$0,1185542221 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions.

Em 27 de fevereiro de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$17.000, à razão de R\$0,2239357529 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia, com expressa renúncia e anuência da acionista minoritária Telmex Solutions.

Em 17 de maio de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$9.000, à razão de R\$0,1185542221 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia.

Em 20 de junho de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de pagamento de juros sobre capital próprio ("JSCP") no montante bruto de R\$20.000, à razão de R\$0,2634538270 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia.

Em 29 de agosto de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de pagamento de JSCP no montante bruto de R\$17.647, à razão de R\$0,2324592614 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia.

Em 10 de novembro de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de pagamento de JSCP no montante bruto de R\$14.118, à razão de R\$0,1859674073 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os quais foram pagos integralmente à Companhia.

Notas Explicativas

Em 29 de dezembro de 2023, em AGE da controlada Americel foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$79.649, à razão de R\$1,0491896431 por lote de 1.000 (mil ações), à conta de Reserva de Lucros constante no balanço patrimonial relativo ao exercício findo em 30 de novembro de 2023, que serão pagos até 31 de dezembro de 2024.

2) Aumentos de capital:

2024

Em 26 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 976.458.113, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 09 de dezembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Americel no valor de R\$50.000 com a emissão de 988.707.864, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Americel em benefício da Companhia.

Em 04 de novembro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 907.828.298, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 28 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$28.000 com a emissão de 1.089.251.506, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 09 de janeiro de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 323.871.561, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

2023

Em 20 de janeiro de 2023, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$4.000 com a emissão de 17.566.739, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Notas Explicativas

Em 27 de fevereiro de 2023, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$17.000 com a emissão de 89.812.740, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 17 de maio de 2023, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$9.000 com a emissão de 78.664.145, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 20 de junho de 2023, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$17.000 com a emissão de 178.061.753, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 29 de agosto de 2023, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$15.000 com a emissão de 196.127.603, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

Em 10 de novembro de 2023, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Claro Pay Holding no valor de R\$12.000 com a emissão de 225.470.880, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pela Companhia e integralizadas em moeda corrente nacional. A acionista Telmex Solutions confirmou sua renúncia ao direito de preferência na subscrição das novas ações da Claro Pay Holding em benefício da Companhia.

10. Imobilizado

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado	
		2024	2023
Equipamentos de transmissão	3 a 25	27.118.893	27.528.495
Infraestrutura	5 a 30	4.756.881	4.651.709
Equipamentos de comutação	5 a 15	5.912.068	5.973.128
Prédios	10 a 25	880.039	705.268
Terrenos		451.442	451.441
Outros ativos imobilizados	5 a 25	541.295	615.174
Ajuste ao valor de realização		(9.390)	(13.773)
Imobilizado em andamento		2.628.520	2.704.056
Imobilizado total (a)		42.279.748	42.615.498
Equipamentos de transmissão	2 a 8	137.348	194.223
Prédios	5	71.680	71.234
Infraestrutura	2 a 10	10.525.957	11.371.492
Direito de uso em arrendamento (b)		10.734.985	11.636.949
Imobilizado, líquido		53.014.733	54.252.447

Notas Explicativas*a) Movimentação do imobilizado*

	Consolidado								
	Equipamentos de transmissão	Infraestrutura	Equipamentos de comutação	Prédios	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Ajuste ao valor de realização	Imobilizado em andamento (1)	Total
Custo em 31 de dezembro de 2022	99.105.281	14.902.935	25.324.782	1.481.727	451.898	6.013.585	(1.760.457)	4.035.963	149.555.714
Adições	186.685	5.912	313	10.707	-	130.188	-	8.480.937	8.814.742
Baixas	(675.199)	(55.528)	(11.414)	(574)	(457)	(77.080)	-	(96.218)	(916.470)
Transferências	6.344.559	938.136	1.956.258	228.502	-	249.171	-	(9.716.626)	-
Custo em 31 de dezembro de 2023	104.961.326	15.791.455	27.269.939	1.720.362	451.441	6.315.864	(1.760.457)	2.704.056	157.453.986
Adições	250.231	47.829	347	-	1	145.826	-	8.045.383	8.489.617
Baixas	(754.146)	(45.567)	(12.413)	(1.496)	-	(27.274)	-	(93.253)	(934.149)
Transferências	5.312.152	820.284	1.568.494	215.091	-	111.645	-	(8.027.666)	-
Custo em 31 de dezembro de 2024	109.769.563	16.614.001	28.826.367	1.933.957	451.442	6.546.061	(1.760.457)	2.628.520	165.009.454
Depreciação em 31 de dezembro de 2022	(72.256.601)	(10.498.085)	(19.781.178)	(981.767)	-	(5.466.891)	1.725.775	-	(107.258.747)
Adições	(5.751.256)	(690.265)	(1.526.154)	(33.914)	-	(312.651)	20.909	-	(8.293.331)
Baixas	576.053	48.660	11.351	574	-	76.952	-	-	713.590
Transferências	(1.027)	(56)	(830)	13	-	1.900	-	-	-
Depreciação em 31 de dezembro de 2023	(77.432.831)	(11.139.746)	(21.296.811)	(1.015.094)	-	(5.700.690)	1.746.684	-	(114.838.488)
Adições	(5.845.761)	(753.782)	(1.629.881)	(40.301)	-	(331.170)	4.383	-	(8.596.512)
Baixas	627.922	36.408	12.393	1.477	-	27.094	-	-	705.294
Depreciação em 31 de dezembro de 2024	(82.650.670)	(11.857.120)	(22.914.299)	(1.053.918)	-	(6.004.766)	1.751.067	-	(122.729.706)
Imobilizado, líquido	27.118.893	4.756.881	5.912.068	880.039	451.442	541.295	(9.390)	2.628.520	42.279.748

- (1) O saldo do imobilizado em andamento é constituído principalmente por gastos com obras civis e equipamentos para a construção de rede de telefonia celular, principalmente, pela implantação das redes de quarta geração (4.5G) e quinta geração (5G).

Notas Explicativas*b) Movimentação do direito de uso em arrendamento - IFRS 16/CPC 06 (R2)*

	Consolidado			
	Equipamentos de transmissão	Prédios	Infraestrutura	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	341.222	43.224	10.873.520	11.257.966
Adições, líquidas (1)	(103.028)	62.562	2.978.610	2.938.144
Amortização do direito de uso	(43.971)	(34.552)	(2.480.638)	(2.559.161)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	194.223	71.234	11.371.492	11.636.949
Adições, líquidas (1)	(17.379)	34.534	1.570.616	1.587.771
Amortização do direito de uso	(39.496)	(34.088)	(2.416.151)	(2.489.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	137.348	71.680	10.525.957	10.734.985

(1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

c) Revisão da vida útil

A Administração da Companhia revisa anualmente a vida útil do seu ativo. Tal revisão é suportada com dados históricos, mudança no ambiente econômico em que a Companhia atua. Com base na revisão da vida útil econômica remanescente a Administração concluiu que, a estimativa de vida útil do seu ativo imobilizado representa adequadamente a vida econômica do ativo.

d) Análise de recuperabilidade dos ativos tangíveis e intangíveis

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos indicadores de perda para os ativos imobilizado e intangível, bem como efetuaram o estudo de recuperabilidade, calculando o valor em uso das unidades geradoras de caixa para comparação com os valores contábeis. Como resultado, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos não financeiros.

11. Intangível

Descrição	Vida útil estimada em anos	Consolidado	
		2024	2023
Licenças de outorga	5 a 20	6.039.486	6.880.199
Direito de uso de <i>software</i>	5	834.635	1.048.127
Ágio	-	7.103.390	7.103.390
Direito de uso de circuitos e de passagem	10 e 15	974.791	1.095.165
Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	5 e 6	704.731	852.943
Fundo de comércio	1	374	1.042
Outros ativos intangíveis	5 a 12	3.605	4.504
Intangível em andamento		414.710	386.283
Intangível, líquido		16.075.722	17.371.653

Notas Explicativas

Movimentação do intangível

	Consolidado									
	Licenças de outorga (1)	Direito de uso de software	Ágio	Direito de uso de circuitos e de passagem	Carteira de clientes/contrato de uso da marca/outras licenças	Fundo de comércio	Outros ativos intangíveis	Ajuste ao valor de realização	Intangível em andamento	Total
Custo em 31 de dezembro de 2022	20.985.028	8.763.977	7.250.195	2.216.794	2.327.648	97.613	215.914	(163.233)	1.576.579	43.270.515
Adições	4.217	21.537	-	9.625	-	-	1.009	-	550.130	586.518
Baixas	(1.668)	(705)	-	(30.270)	-	-	(564)	-	-	(33.207)
Transferências	1.312.521	290.495	-	136.099	-	1.311	-	-	(1.740.426)	-
Operação societária (Nota 9)	-	-	27.402	-	-	-	-	-	-	27.402
Custo em 31 de dezembro de 2023	22.300.098	9.075.304	7.277.597	2.332.248	2.327.648	98.924	216.359	(163.233)	386.283	43.851.228
Adições	-	767	-	1.155	-	-	1.087	-	165.568	168.577
Baixas	(8.037)	(19)	-	(1.153)	-	-	(758)	-	-	(9.967)
Transferências	520	135.321	-	-	-	1.300	-	-	(137.141)	-
Custo em 31 de dezembro de 2024	22.292.581	9.211.373	7.277.597	2.332.250	2.327.648	100.224	216.688	(163.233)	414.710	44.009.838
Amortização em 31 de dezembro de 2022	(14.554.798)	(7.665.670)	(174.207)	(1.114.221)	(1.322.408)	(95.689)	(210.107)	163.233	-	(24.973.867)
Adições	(865.672)	(354.636)	-	(130.853)	(152.297)	(2.193)	(2.320)	-	-	(1.507.971)
Baixas	1.668	23	-	-	-	-	572	-	-	2.263
Transferências	(1.097)	(6.894)	-	7.991	-	-	-	-	-	-
Amortização em 31 de dezembro de 2023	(15.419.899)	(8.027.177)	(174.207)	(1.237.083)	(1.474.705)	(97.882)	(211.855)	163.233	-	(26.479.575)
Adições	(841.233)	(349.561)	-	(120.376)	(148.212)	(1.968)	(2.002)	-	-	(1.463.352)
Baixas	8.037	-	-	-	-	-	774	-	-	8.811
Amortização em 31 de dezembro de 2024	(16.253.095)	(8.376.738)	(174.207)	(1.357.459)	(1.622.917)	(99.850)	(213.083)	163.233	-	(27.934.116)
Intangível, líquido	6.039.486	834.635	7.103.390	974.791	704.731	374	3.605	-	414.710	16.075.722

(1) As licenças de outorga de frequência referem-se ao direito de exploração do Serviço Móvel Pessoal. O prazo para a exploração é de 15 anos e para a tecnologia 5G é de 20 anos, renovável por igual período, a título oneroso e mediante o cumprimento das condições da outorga, sujeita à regulamentação e fiscalização da ANATEL.

Notas Explicativas

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2024	2023
12.1 Fornecedores		
Fornecedores de imobilizado, intangível e de materiais e serviços		
Fornecedores diversos (1)	9.303.691	9.064.610
Interconexão e <i>roaming</i>	101.453	113.902
<i>Cobilling</i>	14.549	19.365
	9.419.693	9.197.877
12.2 Outras contas a pagar		
Fornecedores - cessão de direito (2)	-	267.074
	-	267.074
Total fornecedores e outras contas a pagar	9.419.693	9.464.951
Circulante	8.370.018	8.305.874
Não circulante	1.049.675	1.159.077

(1) Inclui o montante de R\$608.120 em 31 de dezembro de 2024 (R\$384.402 em 31 de dezembro de 2023) referente aos termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP), conforme Nota 15.1.2 a.4).

(2) Para alguns investimentos, de mais longo prazo, a controlada Claro negociou com determinados fornecedores prazos mais extensos de pagamento. Nestes casos, a controlada Claro anuiu a cessão de créditos por parte de alguns dos principais fornecedores, permitindo a antecipação do contas a receber destes fornecedores junto a instituições financeiras. Considerando que a cessão de créditos a instituições financeiras é uma opção e deliberação exclusiva dos fornecedores e a controlada Claro não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há despesa ou receita financeira para a controlada Claro.

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado					
	2024			2023		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional						
Debêntures (a)	1.846.356	8.578.314	10.424.670	4.540.529	3.000.000	7.540.529
Notas comerciais (c)	-	-	-	1.021.046	-	1.021.046
Total da dívida	1.846.356	8.578.314	10.424.670	5.561.575	3.000.000	8.561.575

Segue abaixo as movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2022	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Saldo em 31/12/2023
Debêntures (a)	8.628.154	1.500.000	(2.500.000)	(1.123.853)	1.036.228	7.540.529
Notas promissórias (b)	819.049	-	(800.000)	(115.938)	96.889	-
Notas comerciais (c)	-	1.000.000	-	-	21.046	1.021.046
Empréstimos (d)	1.688.153	-	(1.640.800)	(110.491)	63.138	-
	11.135.356	2.500.000	(4.940.800)	(1.350.282)	1.217.301	8.561.575

Notas Explicativas

	Saldo em 31/12/2023	Consolidado				Saldo em 31/12/2024
		Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	
Debêntures (a)	7.540.529	7.000.000	(4.250.000)	(832.757)	966.898	10.424.670
Notas comerciais (c)	1.021.046	-	(1.000.000)	(121.702)	100.656	-
Conta garantida	-	137.389	(137.389)	(158)	158	-
	8.561.575	7.137.389	(5.387.389)	(954.617)	1.067.712	10.424.670

a) Debêntures

Em janeiro de 2022, a controlada Claro prorrogou de 2 para 3 anos, o vencimento da 10ª emissão de debêntures quirografárias, no valor total de R\$2.500.000, de 30 de janeiro de 2022, para 30 de janeiro de 2023. A remuneração foi ajustada para CDI + 1,35%, permanecendo inalteradas as demais condições. Os juros semestrais, no valor de R\$99.337 foram pagos em 30 de janeiro de 2022. As debêntures emitidas não tinham garantia.

Em 28 de março de 2022, a controlada Claro realizou a 11ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$4.250.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,40% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de setembro de 2022, e prazo de 2 anos, com vencimento final em 28 de março de 2024. As debêntures emitidas não tinham garantia.

Em 01 de setembro de 2022, a controlada Claro realizou a 12ª emissão de debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$1.500.000, de principal, remuneradas a CDI + 1,37% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 28 de fevereiro de 2023, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 28 de agosto de 2025. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 27 de janeiro de 2023 a controlada Claro realizou a 13ª emissão de 1.500.000 debêntures quirografárias privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,35%, juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2023, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 27 de janeiro de 2026. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 30 de janeiro de 2023, a controlada Claro liquidou 2.500.000 debêntures relativas à 10ª emissão, no valor de R\$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,35%, emitidas em 30 de janeiro de 2022.

Em 20 de fevereiro de 2024, a controlada Claro realizou a 14ª emissão de 3.000.000 debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$3.000.000 de principal, remuneradas a CDI + 1,20%a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 20 de agosto de 2024, e prazo de 3 anos, com vencimento final em 20 de fevereiro de 2027. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 21 de fevereiro de 2024 a controlada Claro realizou o resgate antecipado total da 11ª emissão de debêntures da controlada Claro, no valor de R\$4.250.000, emitida em 28 de março de 2022 e originalmente com vencimento em 28 de março de 2024, e taxa de juros CDI + 1,40% a.a.

Notas Explicativas

Com a liquidação realizada em 27 de março de 2024, a controlada Claro realizou a 15ª emissão de 2.500.000 debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, cujo registro de emissão ocorreu em 15 de março de 2024. O valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$2.500.000 de principal, remuneradas a IPCA + 5,7687% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 15 de setembro de 2024, e prazo de 5 anos, com vencimento final em 15 de março de 2029. As debêntures emitidas não têm garantia.

Em 10 de outubro de 2024, a controlada Claro realizou a 16ª emissão de 1.500.000 debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000, totalizando R\$1.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,55%a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de 10 de abril de 2025, e prazo de 4 anos, com vencimento final em 10 de outubro de 2028. As debêntures emitidas não têm garantia.

b) Notas promissórias

Em 28 de outubro de 2022, a controlada Claro realizou a emissão de 160 notas promissórias, 7ª. emissão, série única, de valor nominal unitário de R\$5.000 (cinco milhões de reais), totalizando R\$800.000 (oitocentos milhões de reais), remuneradas a CDI + 1% a.a., juros a serem pagos no final junto com o principal e com vencimento final em 27 de outubro de 2023. As notas promissórias emitidas não tinham garantia.

Em 27 de outubro de 2023, a controlada Claro liquidou 160 notas promissórias, 7ª emissão, totalizando R\$800.000 de principal e R\$115.938 de juros, emitidas em 28 de outubro de 2022 e remuneradas a CDI + 1% a.a.

c) Notas comerciais

Em 27 de outubro de 2023, a controlada Claro emitiu a 1ª. nota comercial no valor de R\$1.000.000, pelo prazo de 1 ano, remuneradas a CDI + 1,10%, juros a serem pagos no final junto com o principal em 27 de outubro de 2024. A nota comercial não tinha garantia.

Em 27 de outubro de 2024, a Controlada Claro liquidou a 1ª nota comercial no valor de R\$1.000.000, emitida em 27 de outubro de 2023, remuneradas a CDI + 1,10%. O valor liquidado foi R\$1.000.000 de principal e juros R\$121.702.

d) Empréstimos

Em 13 de abril de 2022, a controlada Claro realizou a captação de um empréstimo com o BNP Paribas S.A., Paris, no valor de R\$1.640.800, pelo prazo de 1 ano e custo fixo de 13,32% a.a., com a garantia da América Móvil. Os recursos obtidos serão integralmente utilizados para propósitos corporativos gerais da controlada Claro. Em 14 de abril de 2023, a controlada Claro realizou a liquidação do empréstimo. O valor total liquidado é de R\$1.751.291, sendo principal de R\$1.640.800 e juros de R\$110.491.

Notas Explicativas

e) Compromissos financeiros e não financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas estão em cumprimento com as cláusulas de compromissos não financeiros apresentadas em seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Não há compromissos financeiros, além do pagamento de juros devidos nos respectivos vencimentos conforme estipulados nos contratos firmados.

14. Obrigações fiscais, líquidas

	Consolidado	
	2024	2023
Obrigações fiscais, líquidas		
FUST/FUNTEL/FISTEL (1)	2.642.463	2.376.867
ICMS	69.193	214.066
PIS/COFINS	38.076	59.598
IRRF	3.933	4.224
IRPJ e CSLL	283.534	281.977
ISS	29.750	42.231
CIDE	8.114	18.624
Parcelamentos (2)	259	919
Outros	8.784	7.767
Total	3.084.106	3.006.273
 Circulante	 2.873.941	 2.860.828
Não circulante	210.165	145.445

- (1) A controlada Claro passou a ter a exigibilidade do pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), suspensa por decisões judiciais em 18 de março de 2020 e 10 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2024 o montante era de R\$2.348.847(R\$1.729.860 de principal e R\$618.987 de atualização da Selic) referente aos períodos de 2020, 2021 e 2022.
- (2) A controlada Claro aderiu ao Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – PRLF em 2023, com quitação voluntária de parte do processo do ágio (Nota 15.1.1.d), no montante de R\$281.343. Desse valor, o montante de R\$146.298 foi compensado com Prejuízo Fiscal e o saldo remanescente de R\$135.045 foi parcelado em 09 prestações, integralmente quitado em 2023.

15. Provisões

Natureza	Consolidado	
	2024	2023
Contingências		
Tributárias	5.802.586	5.583.162
Regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais	3.308.103	3.043.946
Trabalhistas	811.229	902.778
	9.921.918	9.529.886
 Provisão para desmantelamento de ativos	 500.223	 456.012
Participação de empregados no resultado	532.193	560.146
 Total de provisões	 10.954.334	 10.546.044
 Circulante	 596.102	 635.439
Não circulante	10.358.232	9.910.605

Notas Explicativas

15.1 Contingências

A movimentação dos saldos de contingências prováveis no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado			
	Tributárias	Regulatórias, cíveis, consumidor e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.142.909	3.008.764	972.593	9.124.266
Adições (reversões), líquidas	330.041	289.003	466.946	1.085.990
Baixas por pagamentos	(223.794)	(316.960)	(544.616)	(1.085.370)
Atualização monetária	334.006	63.139	7.855	405.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.583.162	3.043.946	902.778	9.529.886
Adições (reversões), líquidas	134.149	278.720	462.122	874.991
Baixas por pagamentos	(115.924)	(361.913)	(537.421)	(1.015.258)
Atualização monetária	201.199	347.350	(16.250)	532.299
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.802.586	3.308.103	811.229	9.921.918

Depósitos e bloqueios judiciais:

	Consolidado	
	2024	2023
Depósitos judiciais	4.572.677	4.403.072
Bloqueios judiciais	15.861	20.266
Total	4.588.538	4.423.338

A situação jurídica da Companhia e das suas controladas englobam processos de natureza tributária, regulatória, cível, consumidor, ambientais e trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia e das suas controladas, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Segue abaixo descrição das principais contingências da Companhia e suas controladas. As contingências cujo desfecho desfavorável é considerado como possível não estão provisionadas, conforme previsto no CPC 25 (IAS 37).

15.1.1 Contingências tributárias

Incluem diversas demandas tributárias, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

Notas Explicativas

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Ref.	Consolidado					
		2024			2023		
		Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
ICMS	a)	1.047.434	11.237.791	12.285.225	1.197.056	9.836.036	11.033.092
TFI/TFE/TFE	b)	-	3.835.795	3.835.795	-	4.064.515	4.064.515
FUST/FUNTTTEL	c)	453.748	5.570.382	6.024.130	413.928	5.313.329	5.727.257
PIS e COFINS	d)	1.737.813	3.538.667	5.276.480	1.647.705	3.331.932	4.979.637
Glosas de compensação	e)	31.719	2.155.794	2.187.513	38.802	1.666.790	1.705.592
EBC	f)	1.364.081	102.595	1.466.676	1.176.896	93.072	1.269.968
IRPJ/CSLL	g)	1.033.233	246.039	1.279.272	1.003.639	259.600	1.263.239
IRRF/CIDE	h)	40.003	1.401.581	1.441.584	38.467	1.324.824	1.363.291
ISS	i)	43.076	567.846	610.922	12.983	600.057	613.040
Outras contingências tributárias	j)	51.479	450.671	502.150	53.686	382.661	436.347
Total de contingências		5.802.586	29.107.161	34.909.747	5.583.162	26.872.816	32.455.978

a) ICMS

As controladas possuem contingências fiscais de ICMS em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$12.285.225 (R\$11.033.092 em 31 de dezembro de 2023), o qual foi provisionado o valor de R\$1.047.434 (R\$1.197.056 em 31 de dezembro de 2023). Dentre as contingências de ICMS, destacamos:

- i. As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações fiscais referentes ao aproveitamento supostamente indevido de crédito do imposto no ativo imobilizado. Em 31 de dezembro de 2024, essas causas montam R\$2.281.977 (R\$3.686.342 em 31 de dezembro de 2023), dos quais R\$203.343 foram provisionados (R\$251.898 em 31 de dezembro de 2023).
- ii. As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências, referentes a exigência de ICMS sobre receitas de serviços de valor adicionado, preparatórios, suplementares ou conexos aos serviços de telecomunicações, bem como locação de equipamentos e perda de benefício. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$2.048.280 (R\$1.746.802 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$453.634 (R\$405.949 em 31 de dezembro de 2023).
- iii. As controladas Claro e Americel possuem autuações fiscais de ICMS, em razão da declaração de inconstitucionalidade de determinados benefícios concedidos pelos Estados em desacordo com a Lei Complementar nº 24/75. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$464.081 (R\$532.805 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.
- iv. A controlada Claro possui autuações fiscais de ICMS, lavrados pela Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo referente à exigência de ICMS sobre alegadas deduções da base de cálculo. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$2.048.143 (R\$484.388 em 31 de dezembro de 2023) e a probabilidade de perda dessas causas é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos.

Notas Explicativas

b) Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI"), Taxa de Fiscalização de Funcionamento ("TFF") e Taxa de Fiscalização de Estabelecimento ("TFE")

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências referentes ao suposto não recolhimento de TFI, TFF e TFE. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$6.184.642 (R\$6.234.494 em 31 de dezembro de 2023), do qual há provisão no valor de R\$2.348.847 (R\$2.169.979 em 31 de dezembro de 2023) conforme divulgado na Nota 14.

c) FUST/FUNTTEL

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações da ANATEL relativas à exigência de FUST. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado dessas autuações é de R\$4.149.950 (R\$3.941.704 em 31 de dezembro de 2023), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUST, havendo-se constituído provisão para contingências no valor de R\$453.609 (R\$413.799 em 31 de dezembro de 2023).

As controladas Claro, Claro NXT e Americel, possuem ainda autuações fiscais do Ministério das Comunicações exigindo o recolhimento do FUNTTEL. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas autuações é de R\$1.874.180 (R\$1.785.553 em 31 de dezembro de 2023), principalmente em razão da exclusão de receitas e custos de interconexão da base de cálculo do FUNTTEL, havendo-se constituído provisão no valor de R\$139 (R\$129 em 31 de dezembro de 2023).

d) PIS/COFINS

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações de PIS e COFINS em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$5.276.480 (R\$4.979.637 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o montante de R\$1.737.813 (R\$1.647.705 em 31 de dezembro de 2023). Dentre as contingências de PIS e COFINS, destacamos:

- i. A controlada Claro possui contingências de PIS e COFINS relacionadas à exclusão de receitas de interconexão da base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$1.578.338 (R\$1.457.048 em 31 de dezembro de 2023), tendo sido constituído provisão no valor de R\$1.485.540 (R\$1.407.219 em 31 de dezembro de 2023).
- ii. As controladas Claro e Americel possuem ainda contingências fiscais relacionadas a glosas de créditos de PIS e COFINS apurados no regime não cumulativo. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$2.048.034 (R\$1.956.916 em 31 de dezembro de 2023). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.
- iii. A controlada Claro no segundo trimestre de 2024, recebeu despacho decisório não homologando parcialmente pedidos de compensação de crédito de COFINS vinculados a compensações anteriores pendentes de homologação. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessa contingência é de R\$364.592. A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como possível a probabilidade de perda dessa causa.

Notas Explicativas

e) Glosas de compensação de créditos de IRPJ/ILL e CSLL

As controladas Claro, Nextel e Americel possuem contingências decorrentes de glosas de compensações de débitos de diversos tributos federais com créditos de IRPJ, CSLL e ILL, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado ou de saldo/base negativo (a). Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$2.187.513 (R\$1.705.592 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$31.719 (R\$38.802 em 31 de dezembro de 2023).

f) Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública - EBC

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem contingências relacionadas à exigência da contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$1.466.676 (R\$1.269.968 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$1.364.081 (R\$1.176.896 em 31 de dezembro de 2023).

g) IRPJ/CSLL

As controladas Claro e Americel possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$1.279.272 (R\$1.263.239 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o montante de R\$1.033.233 (R\$1.003.639 em 31 de dezembro de 2023). Dentre as contingências de IRPJ e CSLL, destacamos:

- i. Contingência oriunda da incorporada Embratel, relativo a créditos de CSLL 1998 auferidos decorrentes de serviços de exportação para compensar débitos do mesmo exercício. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessa contingência é de R\$332.938 (R\$325.086 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, havendo-se constituído provisão pelo valor integral.
- ii. Contingência da controlada Claro oriunda da incorporada Embratel, relativa ao IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfego entrante. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessa contingência é de R\$323.533 (R\$315.130 em 31 de dezembro de 2023), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, havendo-se constituído provisão pelo valor integral.
- iii. Contingências da controlada Claro referentes a exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$173.880 (R\$193.313 em 31 de dezembro de 2023) a probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

Notas Explicativas

h) IRRF/CIDE

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem autuações fiscais de IRRF e CIDE. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas autuações é de R\$1.441.584 (R\$1.363.291 em 31 de dezembro de 2023), decorrentes, dentre outros, do suposto recolhimento a menor destes tributos sobre remessas efetuadas a título de programação, bem como a operadoras estrangeiras a título de remuneração pelo completamento de chamadas internacionais no exterior (tráfego sainte). Deste valor, foi provisionado R\$40.003 (R\$38.467 em 31 de dezembro de 2023).

i) ISS

As controladas Claro e Claro NXT possuem contingências de ISS, substancialmente decorrentes do não recolhimento do ISS sobre diversos serviços de telecomunicações, inclusive serviços de TV por assinatura, e outros serviços considerados pela fiscalização como tributáveis pelo ISS. Em 31 de dezembro de 2024, o valor dessas contingências é de R\$610.922 (R\$613.040 em 31 de dezembro de 2023), do qual foi provisionado o valor de R\$43.076 (R\$12.983 em 31 de dezembro de 2023).

j) Outras contingências tributárias

As controladas Claro, Claro NXT e Americel possuem outras contingências fiscais e previdenciárias. Em 31 de dezembro de 2024 o valor atualizado dessas contingências é de R\$502.150 no consolidado (R\$436.347 em 31 de dezembro de 2023). Foi constituída provisão no valor de R\$51.479 no consolidado (R\$53.686 em 31 de dezembro de 2023).

15.1.2 Contingências regulatórias, cíveis, consumidores e ambientais

Incluem diversas demandas regulatórias, cíveis, consumidores, ambientais, tendo sido contabilizada provisão, a qual é considerada suficiente para fazer face às prováveis perdas nesses processos.

A composição dos saldos de contingências prováveis e possíveis está demonstrada a seguir:

Natureza	Ref.	Consolidado					
		2024			2023		
		Provável	Possível	Total	Provável	Possível	Total
Regulatórias	a)	2.310.648	3.089.544	5.400.192	1.916.685	3.261.197	5.177.882
PADO	a.1)	398.222	2.759.571	3.157.793	382.646	2.953.763	3.336.409
ANATEL	a.2)	1.865.327	107.957	1.973.284	1.491.090	107.957	1.599.047
STFC	a.3)	47.099	222.016	269.115	42.949	199.477	242.426
Cíveis	b)	924.726	3.426.646	4.351.372	1.039.573	3.868.643	4.908.216
Disputa com terceiros	b.1)	924.726	3.125.296	4.050.022	1.039.573	3.567.293	4.606.866
Decreto (SAC)	b.2)	-	301.350	301.350	-	301.350	301.350
Consumidores	c)	63.904	487.634	551.538	75.293	575.066	650.359
Ambientais	d)	8.825	178.559	187.384	12.395	195.664	208.059
Total		3.308.103	7.182.383	10.490.486	3.043.946	7.900.570	10.944.516

Notas Explicativas

a) Contingências regulatórias

Em relação às demandas regulatórias, no consolidado, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$5.400.192, sendo R\$2.310.648 considerado como perda provável e R\$3.089.544 como possível (R\$5.177.882, dos quais R\$1.916.685 considerado como perda provável e R\$3.261.197 como possível em 31 de dezembro de 2023).

a.1) Processos Administrativos ou Judiciais por Descumprimento de Obrigações (PADO's)

Em decorrência de alegado descumprimento de metas estabelecidas pela ANATEL, a agência instaurou processos administrativos, resultando em multas que estão sendo questionadas administrativa e judicialmente. Em 31 de dezembro de 2024 o valor desses processos é de R\$3.157.793 (R\$3.336.409 em 31 de dezembro de 2023) do qual foi provisionado R\$398.222 (R\$382.646 em 31 de dezembro de 2023).

a.2) ANATEL - Encargos financeiros sobre o preço de outorgas

Correção monetária

Referem-se aos valores atualizados correspondentes à divergência entre os resultados obtidos pela ANATEL e pela Companhia na aplicação de correção monetária sobre os pagamentos das parcelas de algumas outorgas adquiridas, os quais estão sendo discutidos judicialmente. A Companhia calculou o montante da diferença com base em um método e indicadores específicos. Se forem utilizados outros métodos ou indicadores, o valor da indenização pode aumentar. Em 31 de dezembro de 2024 a controlada Claro constituiu provisão de R\$1.865.327 (R\$1.491.090 em 31 de dezembro de 2023).

MMDS

Em 16 de outubro de 2012, a controlada Claro venceu a licitação pública 004/2012/PVC/SPV da ANATEL, adquirindo algumas subfaixas do espectro de rádio MMDS. O edital estabelecia a obrigação dos adquirentes de buscar acordos com as empresas de MMDS para os custos de substituição ou remanejamento para desocupação das subfaixas, nos termos do art. 12, da Resolução nº 544, de 11 de agosto de 2010.

Devido à impossibilidade de acordo com as empresas de MMDS, a controlada Claro e outras empresas buscaram a ANATEL para mediar este conflito. A ANATEL fixou o montante de R\$104.674, para pagamento até dia 21 de julho de 2013. Em caso de atraso no pagamento, seriam acrescidos valores decorrentes da incidência de juros de 1% ao mês, sem prejuízo das sanções aplicáveis em decorrência da correção monetária pelo IGP-DI.

Notas Explicativas

Em julho de 2013 a controlada Claro entrou com ação judicial em desfavor da ANATEL e empresas de MMDS, por entender ilegal o ato da ANATEL, a fim de obter uma decisão judicial com a definição dos custos de substituição e remanejamento. Foi concedida a liminar para suspender a exigibilidade do ato da ANATEL em questão, que posteriormente foi revertida pelo Tribunal, que considerou o ato da ANATEL legal. Por esta razão em 06 de janeiro de 2014 a controlada Claro efetuou o depósito judicial de R\$107.957, a fim de prosseguir com as discussões. A controlada Claro apelou de tal decisão, que está pendente de julgamento. Durante o ano de 2016, a controlada Claro e algumas empresas parte Ré realizaram acordo pondo fim às disputas objeto da ação judicial em comento. Referidos acordos não implicam em reconhecimento de tese de uma parte à outra, estando os respectivos termos já homologados judicialmente. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2024, R\$107.957 como perda possível (R\$107.957 em 31 de dezembro de 2023).

a.3) Pagamento do ônus pela prorrogação do contrato de concessão do STFC

Os Contratos de Concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades Longa Distância Nacional e Internacional, preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos termos dos contratos, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$269.115 (R\$242.426 em 31 de dezembro de 2023) do qual foi provisionado o valor de R\$47.099 (R\$42.949 em 31 de dezembro de 2023).

a.4) Pagamento do ônus pela prorrogação do direito de uso de radiofrequências associadas à autorização do SMP

Os termos de autorização para uso das radiofrequências associadas ao serviço móvel pessoal (SMP) preveem o pagamento, a cada biênio, de ônus correspondente a 2% (dois por cento) da receita auferida pela controlada Claro, nos respectivos termos de autorização, durante o período de prorrogação.

Em decorrência de divergências com relação à definição da base de cálculo das receitas sobre as quais devem ser calculados os referidos pagamentos, a controlada Claro possui contingências decorrentes de disputas judiciais e administrativas. Em 31 de dezembro de 2024 o valor dessas contingências é de R\$608.120 (R\$423.810 de principal e R\$184.810 de atualização da Selic). A Administração e seus consultores jurídicos avaliam como provável a probabilidade de perda dessas causas, conforme Nota 12.1.

Notas Explicativas

a.5) CADE

A controlada Claro esclarece que teve conhecimento da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em julgamento, que não teve unanimidade, realizada na data do dia 11 de maio de 2022, determinando o pagamento de multas pela Claro Brasil (R\$395 milhões), Oi Móvel S.A. (R\$266 milhões) e Telefônica Brasil S.A. (R\$121,7 milhões), empresas que constituíram o Consórcio Rede Correios para participação do Pregão Eletrônico 144/2015-Correio. As multas referem-se a uma ação movida pela British Telecom do Brasil ("BT") contra as empresas participantes do Consórcio Rede Correios, alegando, em resumo, práticas anticoncorrenciais e dificuldades à participação da BT em licitação. A controlada Claro reforça que não houve conduta anticompetitiva na formação do consórcio e que mantém regras rígidas e transparentes na participação de licitações. A Companhia tem plena confiança no modelo de consórcio referido, reconhecido por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), e cumpre irrestritamente a todas as leis e normas que protegem e regulam a livre concorrência.

A decisão foi revisada em 13 de setembro de 2023 em sede de embargos de declaração com efeitos infringentes, determinando o pagamento de multas contra a controlada Claro (R\$30,9 milhões), Oi Móvel S.A. (R\$ 53,6 milhões) e Telefônica Brasil S.A. (R\$28,3 milhões).

Em 20 de outubro de 2023, a controlada Claro efetuou o pagamento da multa, no valor de R\$30.938, para evitar qualquer tipo de restrição as suas atividades, já tendo solicitado em juízo não só o ressarcimento desse valor, mas a anulação integral da decisão proferida pelo CADE.

b) **Contingências cíveis**

Para as demandas cíveis, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$4.351.372, sendo R\$924.726 considerado como perda provável e R\$3.426.646 como possível (R\$4.908.216 dos quais R\$1.039.573 considerado como provável e R\$3.868.643 como possível, em 31 de dezembro de 2023).

b.1) Disputa com terceiros

A Companhia possui contingências decorrentes de disputas judiciais com terceiros, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$4.050.022, sendo R\$924.726 como perda provável (R\$1.039.573 em 31 de dezembro de 2023) e R\$3.125.296 como perda possível (R\$3.567.293 em 31 de dezembro de 2023).

b.2) Decreto (SAC)

Em 27 de julho de 2009, foi movida uma ação civil coletiva ajuizada pelo Ministério Público Federal e outros, em face da controlada Claro, pleiteando indenização por danos morais coletivos, por alegado descumprimento de normas de proteção ao consumidor (art. 82, I e III da Lei 8.078/90), no que diz respeito às regras que disciplinam o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) por telefone, regulamentado pelo Decreto 6.523/08. O valor envolvido é de R\$301.350 como perda possível. Em setembro de 2013, a controlada Claro foi condenada ao pagamento de R\$30.000, a título de danos morais coletivos. A controlada Claro, junto de seus assessores jurídicos, apresentou recurso em 16 de outubro de 2013, pendente de julgamento. A Administração e seus consultores jurídicos avaliaram, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 como perda possível.

Notas Explicativas

c) Contingências consumidor

Para as demandas de consumidor, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$551.542, sendo R\$63.904 considerado como perda provável e R\$487.634 como possível (R\$75.293 considerado como perda provável e R\$575.066 como possível, em 31 de dezembro de 2023).

d) Contingências ambientais

Para as demandas ambientais o valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$187.384, sendo R\$8.825 considerado como perda provável e R\$178.559 como possível (R\$12.395 como perda provável e R\$195.664 como possível, em 31 de dezembro de 2023).

15.1.3 Contingências trabalhistas

Para as demandas trabalhistas, o valor envolvido em 31 de dezembro de 2024, foi de R\$1.391.697 sendo R\$811.229 considerado como perda provável e R\$580.468 como possível (R\$902.778 como perda provável e R\$744.652 como possível em 31 de dezembro de 2023). Dentre as contingências, destacamos:

Em agosto de 2015, decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o uso da Taxa Referencial Diária (TRD) e determinou a adoção do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), o que acarretaria, conforme avaliação de especialistas, um aumento expressivo aproximado dos valores contingenciados. No entanto, em decisão datada em 14 de outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF), deferiu liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo TST, motivo pelo qual as correções monetárias continuam sendo realizadas com base na TRD.

15.2 Provisão para desmantelamento de ativos

As controladas Claro, Claro NXT, TdB e Americel mantém registradas provisões para obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos pelo seu valor presente, que consiste na capitalização dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros. A depreciação dos valores ativados é calculada com base na vida útil dos ativos. Esta capitalização tem como contrapartida uma provisão das obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos, descontada a valor presente de modo a refletir a melhor estimativa corrente.

Em 31 de dezembro de 2024, o montante registrado no consolidado no ativo imobilizado na rubrica de infraestrutura, líquido da depreciação correspondente foi de R\$114.692 (R\$94.738 em 31 de dezembro de 2023). E o montante de R\$500.223 no consolidado a crédito no passivo, na rubrica de provisões não circulante (R\$456.012 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, as obrigações decorrentes de desmantelamento de ativos foram registradas pelo seu valor presente. As taxas de descontos utilizadas refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da Companhia.

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para desmantelamento de ativos é como segue:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	456.012	454.212
Baixas, líquidas	(5.743)	(27.805)
Atualização monetária	49.954	29.605
Total	500.223	456.012

16. Transações com partes relacionadas

16.1. Condições gerais

As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos acordados entre as partes, e seus principais saldos e valores estão descritos abaixo. A Companhia avalia a recuperabilidade das partes relacionadas e não há necessidade de provisionamento.

Certas transações (*cobilling*, longa distância, venda de equipamentos, taxa cobrada pelo uso da marca “Claro” e outros), por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Conforme descrito na Nota 17, as controladas Claro, Claro NXT, Americel, TdB e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados junto a Telos - Fundação Embratel de Seguridade Social (“Telos”).

Notas Explicativas

Apresentamos a seguir, um sumário dos saldos e das transações com partes relacionadas:

Natureza da transação	Consolidado					
	2024		2023		2024	2023
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Receita (despesa)
AMX Argentina, S.A.	143.128	-	173.694	-	203.692	170.327
América Móvil Colombia, S.A.C.	75.727	-	188.860	-	419.308	355.189
Claro CR Telecomunicaciones S.A.	-	-	-	-	35.337	28.993
CTE Telecom Personal, S.A. de C.V.	-	-	-	-	47.454	41.949
Compañía de Telecomunicaciones de El Salvador, S.A. de C.V. Y	-	-	-	-	33.835	30.229
Telecomunicaciones de Guatemala, S.A.	-	-	-	-	173.670	152.016
Empresa Nicaraguense de Telecomunicaciones, S.A.	-	-	-	-	56.933	46.784
Compañía Dominicana de Telefonos, S. A.	47.437	-	37.934	-	172.081	159.665
Amov Finance B.V. ("Amov Finance")	-	10.503.114	-	15.354.816	(1.558.409)	(1.571.703)
AMX International Mobile S.A. de C.V. ("AMX International")	-	19.935.027	-	17.608.978	(5.445.369)	(180.401)
América Movil (1)	-	-	-	977.856	(43.905)	49.122
Olympic Plaza Holding N.V. ("Olympic Plaza")	-	1.321.733	-	1.034.459	(318.534)	53.418
América Móvil Perú (2)	9.588	4	15.099	18	58.200	30.527
Procisa do Brasil Projetos, Construções e Instalações Ltda.	78	42.376	42	36.493	(207.785)	(168.129)
HITSS do Brasil Serviços Tecnológicos Ltda	349	237.473	821	195.307	(652.386)	(448.805)
Telmex Solutions	14.937	-	13.039	850	1.912	826
TBSA	1.340	95.607	4.224	136.696	(1.679.182)	(1.639.975)
Outras partes relacionadas	70.002	428.680	53.046	168.218	(107.752)	(75.976)
	362.586	32.564.014	486.759	35.513.691	(8.810.900)	(2.965.944)
Circulante	334.114	688.690	476.003	527.571		
Não circulante	28.472	31.875.324	10.756	34.986.120		

(1) Inclui também passivo de patrocínios.

(2) Inclui também passivo de serviços de interconexão.

Notas Explicativas

- (a) A controlada Claro e subsidiárias da América Móvil firmaram o contrato de licença para uso de diversas marcas de propriedade da Claro. O valor a ser cobrado é calculado com base em percentual da receita bruta auferida por cada subsidiária durante os trimestres e para a Colômbia durante os semestres. O prazo deste contrato foi de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos iguais e sucessivos.
- (b) As informações a seguir, referem-se a mútuo passivo. As principais informações destes instrumentos contratuais são:

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado							2023
					2022	Captação	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	
Claro NXT	b.1)	NII International	4,46% (*)	11/06/2023	4.121.168	-	-	(136.829)	87.392	(316.174)	(3.755.557)	-
Claro	b.1)	NII International	4,11% (*)	29/03/2026	7.751.503	-	-	-	31.376	(175.897)	(7.606.982)	-
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	-	-	-	(186.479)	438.845	(393.116)	7.606.982	7.466.232
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	-	-	-	-	94.605	15.765	3.755.557	3.865.927
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	2,54%	15/01/2026	237.747	-	-	(4.228)	2.923	(18.159)	(218.283)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	2,54%	27/01/2026	131.221	-	-	(2.493)	1.956	(10.003)	(120.681)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	2,54%	28/01/2026	131.211	-	-	(2.484)	1.948	(10.002)	(120.673)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	2,82%	26/02/2026	262.149	-	-	(5.043)	3.770	(19.918)	(240.958)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	3,14%	06/03/2026	524.123	-	-	(10.619)	13.180	(40.027)	(486.657)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	3,14%	10/03/2026	524.032	-	-	(10.708)	13.179	(39.931)	(486.572)	-
Claro NXT	b.2)	Amov Finance	4,90%	11/03/2030	4.984.022	-	-	(69.122)	106.715	(379.476)	(4.642.139)	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	-	-	-	(2.558)	3.041	872	218.283	219.638
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	27/01/2026	-	-	-	(1.424)	1.595	230	120.681	121.082
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	28/01/2026	-	-	-	(1.429)	1.595	243	120.672	121.081
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,82%	26/02/2026	-	-	-	(3.198)	3.542	988	240.958	242.290
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	06/03/2026	-	-	-	(7.002)	5.728	(632)	486.657	484.751
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	-	-	-	(6.926)	7.890	(2.785)	486.573	484.752
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	-	-	-	(191.206)	118.830	33.462	4.642.139	4.603.225
Claro NXT		Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.119.757	-	-	(31.854)	27.386	(80.830)	-	1.034.459
Claro NXT		América Móvil Perú	2,54%	15/01/2026	215.772	-	(205.836)	(5.039)	3.928	(8.825)	-	-
Claro NXT		América Móvil	2,54%	15/01/2026	523.821	-	-	(13.487)	12.848	(37.867)	-	485.315
Claro		América Móvil	2,54%	22/01/2026	261.480	-	-	(6.782)	6.414	(18.853)	-	242.259
Claro		América Móvil	2,82%	23/02/2026	261.557	-	-	(7.594)	7.120	(18.793)	-	242.290
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	7.844.440	-	(353.534)	(1.079.141)	872.990	-	-	7.284.755
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	2.306.971	-	(1.224.618)	(282.187)	233.793	-	-	1.033.959
Claro		Amov Finance	13,30%	24/01/2028	-	2.059.285	-	(247.167)	260.100	-	-	2.072.218
Claro		Amov Finance	13,10%	03/02/2028	-	409.216	-	(46.906)	49.438	-	-	411.748
Claro		Amov Finance	13,05%	17/02/2028	-	391.043	-	(42.668)	45.077	-	-	393.452
Claro		Amov Finance	12,90%	16/03/2028	-	473.463	(473.463)	(19.171)	19.171	-	-	-
Claro		Amov Finance	12,80%	29/03/2028	-	566.401	-	(52.562)	55.986	-	-	569.825
Claro		Amov Finance	12,60%	20/04/2028	-	202.228	(202.228)	(11.608)	11.608	-	-	-
Claro		Amov Finance	12,10%	26/04/2028	-	202.844	-	(15.886)	17.045	-	-	204.003
Claro		Amov Finance	11,67%	01/06/2028	-	403.368	-	(25.759)	27.982	-	-	405.591
Claro		Amov Finance	10,88%	15/08/2028	-	863.375	-	(31.834)	36.269	-	-	867.810
Claro		Amov Finance	13,20%	15/06/2028	514.256	-	(511.070)	(37.851)	34.665	-	-	-
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.582.423	-	-	(197.575)	160.612	-	-	1.545.460
Claro		Amov Finance	12,95%	05/10/2028	348.358	-	(337.669)	(33.174)	22.485	-	-	-
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	574.027	-	(8.000)	(69.119)	69.087	-	-	565.995
Claro		Amov Finance	13,18%	28/12/2028	422.153	-	(421.536)	(28.860)	28.243	-	-	-
					34.642.191	5.571.223	(3.737.954)	(2.927.972)	2.940.357	(1.519.728)	-	34.968.117

(*) taxa média

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

Notas Explicativas

Empresa	Ref.	Parte relacionada	Taxas efetivas a.a.	Vencimento (1)	Consolidado						
					2023	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	Variação cambial	Transferência	2024
Claro	b.1)	AMX International	4,19% (*)	30/06/2033	7.466.232	-	-	562.754	2.157.545	-	10.186.531
Claro NXT	b.1)	AMX International	3,96% (*)	30/06/2033	3.865.927	-	-	205.535	1.106.054	-	5.177.516
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	15/01/2026	219.638	(237.703)	(2.757)	2.446	18.376	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	27/01/2026	121.082	(131.040)	(1.518)	1.349	10.127	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,54%	28/01/2026	121.081	(131.040)	(1.517)	1.349	10.127	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	2,82%	26/02/2026	242.290	(271.926)	(5.920)	5.577	29.979	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	06/03/2026	484.751	(561.159)	(13.912)	13.262	77.058	-	-
Claro NXT	b.2)	AMX International	3,14%	10/03/2026	484.752	-	(18.037)	17.479	135.020	-	619.214
Claro NXT	b.2)	AMX International	4,90%	11/03/2030	4.603.225	(1.404.979)	(184.151)	174.262	760.910	(3.945.060)	4.207
Claro NXT	b.2)	AMX International	11,40%	12/03/2030	-	-	(153.660)	156.159	-	3.945.060	3.947.559
Claro NXT		Olympic Plaza	2,54%	15/01/2026	1.034.459	-	(31.260)	30.181	288.353	-	1.321.733
Claro NXT		América Móvil	2,54%	15/01/2026	485.315	(503.343)	(3.913)	3.313	18.628	-	-
Claro		América Móvil	2,54%	22/01/2026	242.259	(251.189)	(1.957)	1.651	9.236	-	-
Claro		América Móvil	2,82%	23/02/2026	242.290	(251.189)	(2.177)	1.833	9.243	-	-
Claro		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	7.284.755	(3.658.888)	(679.403)	642.172	-	-	3.588.636
Claro NXT		Amov Finance	11,50%	15/03/2027	1.033.959	-	(125.162)	120.234	-	-	1.029.031
Claro		Amov Finance	13,30%	24/01/2028	2.072.218	(563.893)	(211.939)	254.544	-	-	1.550.930
Claro		Amov Finance	13,10%	03/02/2028	411.748	-	(56.735)	54.501	-	-	409.514
Claro		Amov Finance	13,05%	17/02/2028	393.452	-	(54.008)	51.882	-	-	391.326
Claro		Amov Finance	12,80%	29/03/2028	569.825	-	(76.729)	73.708	-	-	566.804
Claro		Amov Finance	12,10%	26/04/2028	204.003	(148.452)	(71.848)	16.297	-	-	-
Claro		Amov Finance	11,67%	01/06/2028	405.591	(403.368)	(21.968)	19.745	-	-	-
Claro		Amov Finance	10,88%	15/08/2028	867.810	-	(99.414)	95.501	-	-	863.897
Claro		Amov Finance	10,30%	26/07/2028	1.545.460	-	(167.652)	161.052	-	-	1.538.860
Claro		Amov Finance	12,00%	20/12/2028	565.995	-	(70.655)	68.776	-	-	564.116
					34.968.117	(8.518.169)	(2.056.292)	2.735.562	4.630.656	-	31.759.874

(*) taxa média

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias.

- b.1) A partir de 01 de fevereiro de 2023, devido a alteração no domicílio de empresas do Grupo América Móvil, foi realizada a troca do credor dos empréstimos que as controladas Claro e Claro NXT tinham com a NII International Mobile S.á.r.l. Inc.– USA para AMX International Mobile – México.

Nos dias 09, 20 e 28 de junho de 2023, as controladas Claro e Claro NXT fizeram alteração dos contratos de empréstimos com a parte relacionada AMX International Mobile – México, prorrogando o vencimento para 30 de junho de 2033, e a taxa de juros atualizada para SOFR + Spread.

- b.2) No dia 27 de julho de 2023, a controlada Claro NXT fez alteração do credor dos contratos de empréstimos com a parte relacionada Amov Finance para AMX International Mobile – México. As demais condições pré-estabelecidas permaneceram inalteradas.

Em 29 de agosto de 2024, a controlada Claro NXT fez alteração de parte do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International. O valor de USD700.000.000,00 foi alterado para R\$3.945.060 e a taxa de juros ajustada para empréstimos em reais para 11,40% a.a. As demais condições permaneceram inalteradas.

Notas Explicativas

Debêntures

Em 27 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão privada de 153.800 debêntures quirografárias, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.538.000 de principal, remuneradas a CDI mais 1,55%, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2022, prazo de 3 anos, com vencimento final em 27 de julho de 2024. Estas debêntures foram subscritas em sua totalidade pela controlada Claro NXT.

Em 27 de janeiro de 2022, a Companhia alterou a forma de pagamento dos juros da 2ª emissão privada de debêntures quirografárias, no valor de R\$1.538.000, de pagamentos semestrais para juros a serem liquidados no final, junto com o principal em 27 de julho de 2024.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de junho de 2024, foi aprovado pela totalidade dos debenturistas o resgate antecipado facultativo total das debêntures objeto da 2ª emissão privada de debêntures quirografárias, pelo montante de R\$2.199.456, cujo pagamento ocorreu na mesma data da deliberação.

Empresa	2022	Provisão de juros	2023	Pagamentos	Juros pagos	Provisão de juros	2024
Claro NXT	1.815.658	268.330	2.083.988	(1.538.000)	(661.456)	115.468	-
	1.815.658	268.330	2.083.988	(1.538.000)	(661.456)	115.468	-

16.2. Remuneração dos administradores

	Consolidado	
	2024	2023
Salário	32.537	30.588
Benefícios diretos e indiretos	931	949
Participação nos resultados	24.952	23.018
Outros	1.120	1.084
Total	59.540	55.639

17. Planos de benefício pós-emprego

Demonstrativo de movimentação no consolidado:

Passivo atuarial:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	2.121.053	1.694.150
Outros resultados abrangentes	(284.232)	421.929
Atualizações atuariais	834	756
Custos dos serviços e juros, líquidos	197.182	173.381
Custo do serviço passado	(271.308)	(70.958)
Pagamentos efetuados	(110.284)	(98.205)
Saldo final	1.653.245	2.121.053
Circulante	5.723	7.725
Não circulante	1.647.522	2.113.328

Notas Explicativas

As controladas Claro, Claro NXT, TdB, Americel e Tvsat são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam:

- (i) Plano de Benefício Definido (“PBD”) e Plano de Assistência Médica (“AMAP”) para os aposentados participantes do PBD: A controlada Claro;
- (ii) Plano de Contribuição Variável (“PCV”): As controladas Claro, TdB, Americel e Tvsat;
- (iii) Plano de saúde: As controladas Claro, Americel e Claro NXT; e
- (iv) Plano Gerador de Benefício Livre (“PGBL”): As controladas Claro e Americel.

As controladas Claro, Claro NXT e Americel oferecem plano de saúde a seus empregados, que em parte representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram como benefícios pós-emprego.

À exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados.

Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante, que somam R\$1.647.522 em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.113.328 em 31 de dezembro de 2023).

Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social (“PREVIC”), a alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telos e com a anuência das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o art. 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano.

Em 31 de dezembro de 2024, a posição consolidada de participantes do PBD era: 2.916 aposentados e pensionistas (2.958 em 31 de dezembro de 2023).

As controladas Claro e Americel ofereciam aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos.

A partir de 1º de maio de 2009, a ITAÚPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram a opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford.

A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telos, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede e foro no Rio de Janeiro. O plano da ITAÚPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

O PCV foi instituído pela Telos, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% à 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade.

Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telos e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor da Telos deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telos no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto a Telos, atualizado para 31 de dezembro de 2024, monta à importância de R\$5.723 no circulante e R\$71 no não circulante (31 de dezembro de 2023, R\$7.725 no circulante e R\$180 no não circulante).

Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo devedor por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028.

Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério de Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014.

As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todas as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento.

Em 31 de dezembro de 2024 a posição consolidada de participantes do PCV era: 7.297 ativos e 4.442 aposentados e pensionistas (em 31 de dezembro de 2023 era 6.914 ativos e 4.408 aposentados e pensionistas).

O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inválido, falece, resgata ou porta recursos do plano.

Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atuário externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados.

Notas Explicativas

Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

Ativo (passivo) de benefícios	2024			2023		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Valor presente das obrigações atuariais	(1.650.524)	(2.609.983)	(1.802.126)	(2.114.092)	(2.787.773)	(2.005.154)
Valor justo dos ativos	7.728	3.980.592	3.125.067	7.795	3.949.857	3.183.567
Superávit (déficit) do plano	(1.642.796)	1.370.609	1.322.941	(2.106.297)	1.162.084	1.178.413
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irre recuperável)	-	(1.370.609)	(1.327.576)	-	(1.162.084)	(1.185.242)
Total do passivo atuarial	(1.642.796)	-	(4.635)	(2.106.297)	-	(6.829)

Seguem as movimentações da obrigação referente aos planos:

	2024			2023		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(2.114.092)	(2.787.773)	(2.005.154)	(1.683.959)	(2.615.112)	(1.955.577)
Custo do serviço corrente	(8.555)	-	(331)	(8.758)	-	(310)
Custo dos juros	(188.449)	(238.375)	(171.916)	(164.333)	(249.169)	(186.130)
Ganho/perdas atuariais	273.710	113.246	160.216	(432.914)	(219.230)	(72.944)
Benefícios pagos para ativos do plano	10.716	302.919	215.059	12.079	295.738	209.807
Benefícios pagos pela empresa	104.838	-	-	92.835	-	-
Custo do serviço passado	271.308	-	-	70.958	-	-
Saldo final	(1.650.524)	(2.609.983)	(1.802.126)	(2.114.092)	(2.787.773)	(2.005.154)

Seguem as movimentações do valor justo dos ativos referente aos planos:

	2024			2023		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	7.795	3.949.857	3.183.567	7.859	4.244.864	3.384.621
Rendimentos sobre ativos do plano	717	343.544	279.207	790	413.936	330.680
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) a taxa de desconto	(784)	(9.890)	(126.357)	(854)	(413.205)	(325.052)
Contribuições da patrocinadora	10.716	-	3.709	12.079	-	3.125
Benefícios pagos	(10.716)	(302.919)	(215.059)	(12.079)	(295.738)	(209.807)
Saldo final	7.728	3.980.592	3.125.067	7.795	3.949.857	3.183.567

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irre recuperável) para os seguintes planos:

	2024		2023	
	PBD	PCV	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.162.084)	(1.185.242)	(1.629.752)	(1.437.397)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(105.169)	(107.857)	(164.768)	(145.322)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	(101.780)	(34.477)	632.436	397.477
Saldo final	(1.369.033)	(1.327.576)	(1.162.084)	(1.185.242)

Notas Explicativas

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

Ano	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
2025	101.241	318.209	240.993
2026	111.729	318.706	238.911
2027	122.540	318.307	236.380
2028	133.921	316.814	233.363
2029	145.597	314.164	229.821
2030 a 2034	894.808	1.487.802	1.075.420

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2024		2023		
	AMAP e plano de saúde	PCV	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Custo do serviço corrente	(8.555)	(331)	(8.758)	-	(310)
Juros líquido passivo (ativo)	(187.732)	(566)	(163.543)	1	(772)
Remensurações atuariais	-	-	-	(1)	-
	(196.287)	(897)	(172.301)	-	(1.082)

Principais premissas atuariais utilizadas:

a) Fatores econômicos

	AMAP	PBD	PCV
Taxa de desconto	11,07% a.a.	11,42% a.a.	11,42% a.a.
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,50% a.a.	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Crescimento dos custos médicos	5,05% a 9,71% a.a.	-	-
Crescimento dos custos médicos por faixa etária	4,00% a.a.	-	-
Custo médico anual, aos 65 anos de idade	R\$ 16.121	-	-

b) Fatores biométricos

	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
(i) Tábua de mortalidade geral	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)	AT-2000 (1)
(ii) Tábua de mortalidade de inválidos	CSO 80	CSO 80	CSO 58
(iii) Tábua de entrada em invalidez	UP 84 Modificada (1)	-	Álvaro Vindas (-50%)
(iv) Rotatividade	Nula	-	-

(1) Tábuas específicas por sexo.

Análise de sensibilidade

As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos são como seguem:

	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Taxa de desconto	10,07% -12,07%	10,42% - 12,42%	10,42% - 12,42%
Crescimento dos custos médicos	Crescimento/redução de 1%	-	-

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade apresentadas, baseiam-se em uma mudança na premissa, enquanto são mantidas constantes todas as demais:

Plano de benefícios	2024		2023	
	Consolidado		Consolidado	
	Taxa de desconto		Taxa de desconto	
	1%	-1%	1%	-1%
AMAP e plano de saúde	1.492.738	(1.840.339)	1.885.587	(2.396.184)
PBD	2.475.362	(2.760.654)	2.614.370	(2.984.149)
PCV	1.705.014	(1.910.615)	1.882.266	(2.144.168)

A natureza dos investimentos dos planos está alocada como segue:

	2024		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Ações	-	0,01%	3,62%
Fundos de investimento	100,00%	92,88%	95,76%
Investimentos imobiliários	-	6,09%	0,00%
Outros	-	1,02%	0,62
	100,00%	100,00%	100,00%

18. Passivo de arrendamento

A Companhia e suas controladas possuem contratos classificados como arrendamentos que se enquadram no escopo da IFRS 16/ CPC 06 (R2), o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental de seus empréstimos. A taxa média anual ponderada consolidada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2024 é de 11,87% (em 31 de dezembro de 2023 era de 12,07%), com prazo médio de vencimento de sete anos.

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	14.258.064	13.840.205
Adições, líquidas (1)	1.587.721	2.938.117
Encargos financeiros	1.447.472	1.534.690
Pagamentos	(4.115.557)	(4.054.948)
Saldo final	13.177.700	14.258.064
Circulante	3.618.194	3.718.730
Não circulante	9.559.506	10.539.334

- (1) Representam principalmente adições, baixas, alteração na contraprestação do arrendamento e prorrogação do prazo de arrendamento contratual.

Notas Explicativas

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2024:

<u>Vencimentos das prestações</u>	<u>Valor</u>
2025	4.183.468
2026	3.045.102
2027	2.711.978
2028	2.373.306
2029	1.919.502
Posterior a 2029	4.892.530
Valores não descontados	19.125.886
Juros embutidos	(5.948.186)
Saldo do passivo de arrendamento	13.177.700

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 14 de junho de 2024, em AGE, foi aprovado um aumento de capital na Companhia no valor de R\$2.207.845 com a emissão de 47.723.836.623, novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pela Amov I, S.A. de C.V. e integralizadas em moeda corrente nacional. As novas ações conferem os mesmos direitos e têm as mesmas características e restrições das demais ações de mesma espécie de emissão da Companhia, e participam de forma integral em quaisquer distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio que venham a ser declarados pela Companhia a partir da data de 14 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$11.717.414 (R\$9.509.569 em 31 de dezembro de 2023), divididos em 251.307.342.891 (203.583.506.268 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

1. Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

c) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo anual obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido apurado conforme a legislação societária, após apropriação à reserva legal.

Em 29 de abril de 2024, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGO"), foi aprovada a proposta de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$16.501, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com a subsequente reversão do referido valor de dividendos mínimos obrigatórios para a Reserva de Lucros a Realizar em função da limitação financeira da Companhia.

d) Outros resultados abrangentes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve o reconhecimento dos valores oriundos de ganhos atuariais no montante de R\$88.740 (perdas atuariais de R\$135.908 em 31 de dezembro de 2023) e reflexo de ganho de variação cambial sobre o investimento líquido no exterior no montante de R\$1.664 (ganho de variação cambial de R\$2.001 em 31 de dezembro de 2023).

e) Resultado por ação

	2024	2023
Resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia:		
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(642.507)	1.736.289
Denominador (por lote de mil ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	229.662.106	203.583.506
Resultado líquido básico e diluído por ação, em reais:		
Ação ordinária	(0,00280)	0,00853

A Companhia não possui nenhuma ação ordinária potencial que pudesse diluir o cálculo do resultado por ação.

20. Receita operacional, líquida

	Consolidado	
	2024	2023
Receita bruta de serviços	55.795.906	52.527.541
Receita bruta de aparelhos	3.627.749	3.060.702
Deduções de vendas:		
Tributos	(9.528.251)	(8.910.655)
Descontos	(961.689)	(898.692)
Devoluções	(18.819)	(19.940)
Receita operacional, líquida	48.914.896	45.758.956

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas Explicativas

21. Custos e despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos custos e despesas por natureza:

	Consolidado	
	2024	2023
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(28.490.155)	(27.406.951)
Despesas comerciais	(8.758.843)	(8.572.495)
Despesas gerais e administrativas	(3.695.684)	(3.665.819)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.270.684	1.222.194
	(39.673.998)	(38.423.071)
Serviços de terceiros	(10.376.051)	(9.691.858)
Depreciação e amortização	(12.512.379)	(12.330.569)
Mão de obra própria	(4.649.461)	(4.623.271)
Interconexão	(1.441.105)	(1.407.013)
Canais de conteúdo	(3.925.450)	(4.018.764)
Custo dos aparelhos e acessórios vendidos	(2.725.222)	(2.291.161)
Taxas e contribuições	(1.666.048)	(1.648.976)
Aluguéis	(180.836)	(170.623)
Publicidade	(1.109.223)	(1.026.142)
Perda com recebíveis (1)	(833.072)	(818.484)
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	(255.151)	(396.210)
	(39.673.998)	(38.423.071)

(1) Compreende provisão para perdas de crédito esperadas e, também, outras perdas relacionadas com contas a receber.

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Juros sobre tributos e outros	2.029	8.136	426.032	802.376
Receita de aplicação financeira	1.896	248	77.589	168.469
Outras receitas financeiras	-	-	3.614	2.650
Variações cambiais, líquidas	-	-	-	1.415.570
	3.925	8.384	507.235	2.389.065
Despesas financeiras				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(115.468)	(268.331)	(3.724.960)	(4.158.019)
Provisão de contingências	(8)	-	(706.621)	(376.109)
Juros sobre tributos	(8.752)	(390)	(818.134)	(895.298)
Arrendamentos	-	-	(1.447.472)	(1.534.690)
Juros sobre passivo atuarial	-	-	74.124	(102.426)
Outras despesas financeiras	(196)	(229)	(303.926)	(207.943)
Variações cambiais, líquidas	-	-	(5.004.168)	-
Variações monetárias, líquidas	-	-	(129.544)	(33.852)
	(124.424)	(268.950)	(12.060.701)	(7.308.337)
	(120.499)	(260.566)	(11.553.466)	(4.919.272)

Notas Explicativas

23. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A composição das despesas com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Corrente		
Imposto de renda	(76.508)	(168.993)
Contribuição social	(23.571)	(88.285)
	(100.079)	(257.278)
Diferidos		
Imposto de renda	806.234	582.090
Contribuição social	291.486	214.102
	1.097.720	796.192
	997.641	538.914

A Companhia e algumas controladas possuem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas no montante total de R\$1.378.242 em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.597.286 em 31 de dezembro de 2023), que não foram reconhecidos pelo fato de não possuírem perspectivas de realização futura.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos resultados, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(642.506)	1.736.289	(2.304.255)	2.439.184
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	218.452	(590.338)	783.447	(829.323)
Ajustes para cálculo do crédito tributário:				
Equivalência patrimonial	(177.247)	680.632	2.826	7.674
Perdas com recebíveis	-	-	(3.092)	(47.959)
Tributos diferidos não reconhecidos (1)	(41.205)	(72.694)	(56.429)	314.318
Tributos diferidos reconhecidos no exercício (2)	-	-	196.992	947.043
Lucro da exploração	-	-	-	25.923
Juros sobre capital próprio	-	(17.600)	-	-
Subvenção ICMS (3)	-	-	-	114.539
Transfer price	-	-	-	-
Outras adições (exclusões) (4)	-	-	73.897	6.699
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido do exercício	-	-	997.641	538.914
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(100.079)	(257.278)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.097.720	796.192
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	997.641	538.914
Taxa efetiva	N/A	N/A	-43,3%	22,1%

- (1) Tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade, conforme nota 7.2, sem perspectiva de recuperação.
- (2) As controladas Claro NXT e Tvsat registraram um ativo fiscal diferido de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no montante de R\$196.992, sendo R\$188.055 da controlada Claro NXT e R\$8.938 da controlada Tvsat, fundamentado em estudo técnico com teste de recuperabilidade destes ativos.
- (3) Em 2023 as controladas Claro Claro NXT se beneficiaram dos incentivos de Subvenção ICMS sobre TV, previstos na Lei Complementar citada no art. 30 da Lei 12.973/14, portanto os valores correspondentes a este incentivo não são computados na determinação do lucro real (R\$114.539 em 31 de dezembro de 2023). Em virtude da publicação da Lei 14.789/23, a partir de 2024 passou-se a não excluir o benefício.
- (4) Em 2023 a Companhia utilizou o benefício da Lei do Bem instituído pela Lei nº 11.196/05, que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 80% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica (após a entrega da ECF), observadas as regras estabelecidas na referida lei, sem correspondente para 2024. Adicionalmente para o exercício de 2023 a empresa ingressou em programas de regularização fiscal, com o reconhecimento no resultado de R\$ 54.080 de despesa de IR e CSL, bem como o reconhecimento de multa indedutível no valor de R\$21.823, sem correspondente para 2024.

Notas Explicativas

24. Instrumentos financeiros e gestão de capital e riscos**a) Valores estimados de mercado**

Os saldos das contas a receber e a pagar registrados no circulante, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos e/ou indexação a taxas de juros de mercado ou índices de correção monetária.

As aplicações financeiras estão atualizadas de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras, sem expectativa de geração de perda para a Companhia e suas controladas.

Os saldos de mútuos com partes relacionadas estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes.

Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo.

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício.

Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		Consolidado			
		2024		2023	
Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	(1)	Nível 1	932.608	932.608	1.175.322
Contas a receber	(2)	Nível 2	7.397.627	7.397.627	6.998.633
Depósitos e bloqueios judiciais	(1)	Nível 1	4.588.538	4.588.538	4.423.338
			12.918.773	12.918.773	12.597.293
Passivo					
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	9.419.693	9.419.693	9.464.951
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	13.177.700	13.177.700	14.258.064
Mútuos com partes relacionadas em reais	(2)	Nível 2	14.450.673	14.218.849	15.354.816
Mútuos com partes relacionadas em dólares	(2)	Nível 2	17.309.201	18.348.184	19.613.301
Notas comerciais	(2)	Nível 2	-	-	1.021.046
Debêntures	(2)	Nível 2	10.424.670	10.418.513	7.540.529
Debêntures com partes relacionadas	(2)	Nível 2	-	-	2.083.988
			64.781.937	65.582.939	69.336.695
					70.539.208

(1) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo através do resultado.

(2) Custo amortizado.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia e suas controladas podem ser assim apresentados:

Notas Explicativas

b) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e notas comerciais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	932.608	1.175.322
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(10.424.670)	(8.561.575)
Endividamento líquido	(9.492.062)	(7.386.253)
Patrimônio líquido	20.107.795	18.997.830
	47,2%	38,9%

c) Risco de taxa de câmbio

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos:

Risco de queda do dólar

Cenário I	Dólar - 5%	R\$5,8827
Cenário II	Dólar - 25%	R\$4,6442
Cenário III	Dólar - 50%	R\$3,0962

Risco de alta do dólar

Cenário I	Dólar + 5%	R\$6,5019
Cenário II	Dólar + 25%	R\$7,7404
Cenário III	Dólar + 50%	R\$9,2885

Notas Explicativas

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2024	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Partes relacionadas	17.309.201	(865.460)	(4.327.300)	(8.654.601)
Fornecedores	49.794	(2.490)	(12.449)	(24.897)
Outros ativos	38.600	1.930	9.650	19.300
		(866.020)	(4.330.099)	(8.660.198)
Alta do US\$				
Partes relacionadas	17.309.201	865.460	4.327.300	8.654.601
Fornecedores	49.794	2.490	12.449	24.897
Outros ativos	38.600	(1.930)	(9.650)	(19.300)
		866.020	4.330.099	8.660.198

d) Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

Cenário provável	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2024	CDI + 50%	CDI – 50%
12,15%	18,23%	6,08%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2024	Ganho/(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Dívida indexada a CDI	R\$7.804.125	(893.816)	713.679

A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer *hedge* contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

e) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares (“*dealers*”) e distribuidores de cartões pré-pago.

A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições.

Notas Explicativas

O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, *internet*, banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar à *internet*, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL.

A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojistas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantém limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência.

A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez, conforme Notas 13, 16, 18 e 25.

25. Compromissos

A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais.

Em 31 de dezembro de 2024, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

	<u>Consolidado</u>
2025	2.323.217
2026	1.142.658
2027	1.173.345
2028	1.203.579
2029	1.231.200
Posterior a 2029	6.984.067
Total	<u><u>14.058.066</u></u>

Notas Explicativas

26. Seguros

A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$2.167.305, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

27. Outras garantias

A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, regulatórias, cíveis e trabalhistas no montante de R\$25.551.061 em 31 de dezembro de 2024 (R\$24.976.895 em 31 de dezembro de 2023).

28. Eventos subsequentes

Contingências tributárias

Em 2 de janeiro de 2025, a controlada Claro NXT recebeu um auto de infração sob a alegação de incidência de ICMS sobre serviços de valor adicionado, no montante de R\$571.130. Os consultores jurídicos da controlada Claro NXT avaliaram o risco de perda para esta contingência como possível.

Partes relacionadas

Em 28 de janeiro de 2025, a controlada Claro NXT realizou alterações de condições e alongamento de prazo em contrato de empréstimo denominado em Dólar dos Estados Unidos, e atualmente convertido para Reais. As alterações do contrato foram do montante de principal de USD213.417.780,79 para R\$1.257.671, da taxa de juros de 2,54% a.a. para 11,40% a.a., com vencimento 15 de janeiro de 2026 para 28 de janeiro de 2035.

No dia 30 de janeiro de 2025, a controlada Claro NXT fez alteração do credor do contrato de empréstimo com a parte relacionada AMX International para Amov Finance. As demais condições pré-estabelecidas permaneceram inalteradas.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas da
Claro Telecom Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Claro Telecom Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais do relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia e suas controladas possuíam registrado na rubrica de tributos diferidos, líquidos o montante de R\$13.145.219 mil em 31 de dezembro de 2024, referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 7.2. A Companhia e suas controladas reconhecem estes tributos diferidos na extensão da análise referente à expectativa de geração de lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e de suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos da Companhia sobre os tributos diferidos ativos, incluindo os controles internos sobre a análise de realização de tais tributos;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses tributos diferidos;
- Envolvimento de nossos especialistas em impostos para auxiliar nas análises sobre o cálculo dos tributos diferidos ativos;
- Análise das projeções para a realização dos tributos diferidos preparadas pela diretoria, que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional; e (iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do saldo de tributos diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 7.2, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas tomadas em conjunto.

Análise de recuperabilidade do ágio

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 11, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$7.103.390 mil referente a ágio por expectativa de rentabilidade futura provenientes de diversas aquisições de negócios. O valor recuperável do ágio é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS). Essa análise é efetuada com base no plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro das unidades geradoras de caixa nas quais o ágio está alocado. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 3.12, 3.13 e 11, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio, desempenho do mercado no qual atua e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos relevantes da Companhia sobre ágio, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável do ágio;
- Envolvimento de nossos profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável do ágio;
- Análise das projeções preparadas pela diretoria para determinar o valor recuperável do ágio, que incluiu, principalmente: (i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas, (ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico-financeiro do ambiente nacional e (iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas Notas Explicativas nº 3.12, 3.13, e 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita

O reconhecimento de receita da Companhia envolve controles de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 3.19

Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assecuração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria efetuados, dentre outros, citamos:

- Teste dos controles internos da Companhia: (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela diretoria relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar;
- Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar;
- Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar;
- Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 3.19, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Passivos contingentes tributários

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas no montante de R\$34.909.747 mil em 31 de dezembro de 2024, para os quais foi constituída provisão no montante de R\$5.802.586 mil, sendo o valor remanescente de R\$29.107.161 mil divulgados pela Companhia como perdas possíveis de ocorrer, em linha com os requerimentos da NBC TG 25 (IAS37) – Provisões, Passivo Contingentes e Ativo Contingentes, conforme divulgado na Nota Explicativa 15.1. A determinação do valor da provisão relacionada a contingências tributárias e dos valores divulgados depende de julgamentos significativos da diretoria, incluindo a análise dos assuntos que estão sendo discutidos, a opinião de seus consultores internos e externos e a incerteza nas estimativas relacionadas ao resultado das decisões judiciais.

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a

estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria sobre os passivos contingentes tributários incluíram, dentre outros:

- Entendimento com base em discussões com a diretoria e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles internos implementados pela diretoria;
- Teste dos controles internos da Companhia sobre os passivos contingentes tributários;
- Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela diretoria indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2024;
- Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognósticos foram considerados como provável ou possível pela diretoria.

Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão e divulgação das contingências tributárias, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e as premissas utilizados pela diretoria no reconhecimento e mensuração da referida provisão, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 15.1, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Bruno Franco Bianchi
Contador RJ-112137/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto no artigo 27, parágrafo 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente

Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores